



**O SISTEMA
FINANCEIRO E O
ENDIVIDAMENTO
DAS MULHERES**

O SISTEMA FINANCEIRO E O ENDIVIDAMENTO DAS MULHERES

Graciela Rodriguez (org.)

O SISTEMA FINANCEIRO E O ENDIVIDAMENTO DAS MULHERES

equit
INSTITUTO

Genero Economia e Cidadania Global

Esta publicação foi realizada pelo Instituto EQUIT – Gênero, Economia e Cidadania Global, e forma parte do projeto da Rede de Gênero e Comercio, –Equidade de Gênero com Justiça Econômica –, que forma parte do Programa de “Liderando desde el Sur”, financiado pelo Fundo de Mulheres do Sul.

Coordenação

Graciela Rodriguez

Edição de texto

Lucia Santalices

Revisão

Priscilla Morandi

Projeto gráfico e diagramação

Letra e Imagem Editora



E-mail: redgeneroycomercio@gmail.com

Facebook: Red de Genero y comercio

Web: <https://generoycomercio.net/>

Apoio



O Sistema financeiro e o endividamento das mulheres / Organizador Instituto Equit Gênero, Economia e Cidadania Global.
– Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2020.
88p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-87508-00-9 (PDF)

1. Economia – América Latina. 2. Gênero.

CDD – 330

SUMÁRIO

PRÓLOGO 7

Sobre o endividamento: as vozes das mulheres 11

Graciela Rodriguez

A financeirização da vida: as mulheres e o endividamento dos cuidados 19

Graciela Rodriguez

Extrativismo financeiro: a dívida como ofensiva do capital contra os setores subalternos 35

Veronica Gago e Lucía Cavallero

Sobre as bordas do território econômico, avança a dívida 49

Tatiana Oliveira

Endividamento das famílias no Brasil recente: algumas reflexões 61

Paula Marina Sarno

Crédito, microfinanças, endividamento e a vulnerabilidade das mulheres no Brasil atual 73

Fernando Teixeira

Ideias e estratégias para pensarmos juntas 85

Rede de Gênero e Comércio

PRÓLOGO

Graciela Rodriguez

No prólogo de Silvia Federici para o fantástico livro de Maria Mies *Patriarcado e acumulação em escala mundial*, ela conclui que o que dá força à obra de Mies são ”as milhões de mulheres que com menos de um dólar diário lutam para manter com vida suas comunidades, basicamente através do seu trabalho de subsistência e a criação de formas mais cooperativas de reprodução social. É com a sua presença, assim como a de muitas pessoas que diariamente lutam por criar modos de vida e relações sociais que não se regem pela lógica de acumulação capitalista”, que também pretendemos nortear o esforço desta publicação.

Sabemos que esta fase do capitalismo, chamada neoliberalismo, vive no início do século XXI uma ofensiva de expansão da financeirização econômica, que, por chegar a diversos âmbitos das atividades humanas, tem sido chamada de financeirização da vida. O sistema financeiro vem permitindo e ampliando novas formas de exploração, tanto dos recursos naturais quanto da mão de obra, fatores essenciais à acumulação de riquezas, e esta expansão acelerada está sendo feita com um alto custo social e desencadeando novas e muitas violências.

Trata-se de um fenômeno que não é inteiramente novo, pois vem crescendo paulatinamente desde as origens do capitalismo, como evidenciado por Marx e outros autores, mas que mostra, a partir do processo de globalização econômica, uma amplitude e virulência perturbante. Diversos são os autores que vêm-se debruçando sobre esse tema e a partir de diversas abordagens, já que são muitas as facetas da financeirização das economias. Nesse sentido, tentaremos nesta publicação trazer para o debate alguns dos aspectos que correlacionam a própria ampliação recente do sistema financeiro com sua expansão ao interior da sociedade, e em particular com a perspectiva de sua ação sobre os territórios e as pessoas que neles vivem e sobrevivem, em particular as mulheres.

Qual o sentido de termos empreendido essa tarefa? Se esse é o novo paradigma do capitalismo atual, constituindo-se na sua mais nova fase, é preciso esmiuçar como o sistema financeiro se desdobra nos

territórios e que formatos assume na vida das pessoas. O endividamento é processo antigo e bem conhecido da população, porém, atualmente vem tomando um volume e importância cada vez maiores no cotidiano das famílias. Na publicação, pretendemos avançar no entendimento do que alguns autores chamam de extrativismo financeiro enquanto uma das formas da ofensiva de exploração capitalista, além de colocar o olhar sobre de que formas o capital tem-se expandido no crédito popular, buscando novas fronteiras de lucro para diversos atores, como bancos, agências de financiamento, *fintechs* e as velhas mas também novas formas da agiotagem.

E por que colocar o foco nas mulheres? Temos percebido que as formas de expansão do financiamento estão muito ligadas ao crescimento da informalidade nos territórios. Sabemos também que as mulheres são a maioria dos trabalhadores informais. De fato, em 2019 no Brasil, segundo o IBGE as *mulheres* não só estão desocupadas em maior proporção, como têm menores rendimentos e estão mais sujeitas à *informalidade* que os homens.

Por outro lado, as responsabilidades ainda majoritárias das mulheres com o cuidado da casa e a manutenção do funcionamento familiar fazem com que carreguem o enfrentamento dos custos da sobrevivência e a luta cotidiana e concreta que vivem as famílias para a distribuição e uso dos recursos. Nesse sentido, o crédito e o endividamento têm sido utilizados na perspectiva de um apoio muitas vezes de última instância para cobrir essas necessidades cotidianas. E é esse o caminho que percorrem as mulheres que queremos conhecer melhor.

Destrinchar a forma de atuação do sistema financeiro é, assim, importante para enfrentar esta nova cara do capitalismo, a nova face do “monstro” que imprime sua lógica de lucro sobre as necessidades básicas de uma população que sofre todos os dias a falta de políticas públicas de saúde, educação, acesso à água, saneamento e outros elementos básicos da vida. O neoliberalismo impõe, assim, este caráter duplo: de um lado, o processo crescente de privatizações dos serviços públicos, e do outro, a oferta de créditos para aceder a tais serviços, já não mais públicos. Uma dupla pinça que por um lado destitui a população de direitos e, por outro, abre novos caminhos de exploração, especialmente nas economias informais não assalariadas.

Finalmente, perguntamo-nos o porquê de empreender tal esforço no Brasil de hoje. Num contexto de brutal desemprego, de falta total de regras de proteção trabalhista, de normalização crescente das atividades econômicas ilegais e de expansão do militarismo, e das violências enquanto “pedagogia da crueldade” – nas palavras de Rita Segato –, temos na financeirização da vida um elemento central para viabilizar o lucro tanto das empresas privadas chamadas a substituir a oferta de serviços públicos,

quanto de bancos, agiotas e milicianos. Consideramos que, entender como esse fenômeno se dá sobre as populações, e em particular sobre as mulheres, torna-se a cada dia mais importante para quem pretende ter uma ação transformadora sobre o nosso mundo.

Entretanto, a crítica, por mais lúcida que seja, não seria suficiente caso se tornasse um discurso desconectado das lutas, das resistências, “de tudo o que não encaixa e grita”, tornaria-se impotente e estéril. E continua Savater: “[...] ao não ter contato com as resistências cotidianas, se apoia na superioridade moral do discurso, sempre estéril e contraproducente”¹

Se olharmos tão somente para os processos promovidos pelo sistema financeiro, estaremos vendo e analisando somente o lado do capital. Porém, esse lado não atua sozinho. Ele funciona numa realidade de lutas e enfrentamentos com quem resiste. Se pensamos a emancipação das classes despossuídas enquanto obra e resultado das ações delas mesmas, podemos concluir que a luta cotidiana e as táticas de vida de tais atores e atrizes sociais são fundamentais.

Desse modo, para fazer a leitura da realidade, precisamos conhecer essa interatuação concreta na sociedade, ouvir quem vivencia e resiste na cotidianidade ao leque das ofensivas do sistema financeiro em ação. Assim, o último capítulo da publicação estará destinado a ouvir as mulheres, a escutar suas formas de conviver, aproveitar, sofrer e disputar² com as finanças, agindo em seus corpos e territórios, e também a fazer com que nos solidarizemos com essas infinitas e perseverantes lutas de resistência. A luta cotidiana dos de baixo certamente será central para a mudança da história do próprio capitalismo.

Por isso agradecemos a tantas mulheres que nos deram seus depoimentos e nos mostraram suas táticas de guerrilha para sobreviver. Os depoimentos foram colhidos em reuniões de grupos de mulheres organizadas por organizações feministas de três cidades do Brasil: em Manaus/AM pelo Fórum Permanente de Mulheres de Manaus, em Salvador/BA pelo Coletivo de Mulheres do Calafate e em Ibiapaba/CE pelo MIM - Movimento Ibiapabano de Mulheres. Em cada grupo, agradecemos especialmente a Francy Junior, Marta Leiro e Liliane Carvalho pelos esforços na organização e realização das entrevistas.

Também foi fundamental o apoio do “Fondo de Mujeres del Sur” que viabilizou nosso trabalho e esta publicação, e a quem agradecemos enormemente a dedicação à causa das mulheres.

A equipe do Instituto Equit quer muito agradecer ao conjunto das autoras e ao autor dos artigos

1 FERNANDEZ-SAVATER, Amador. *Que es el pensamiento crítico*. <http://lobosuelto.com/pensamiento-critico-amador-fernandez-savater/>

2 Livremente inspirada em GAGO, Verónica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. [S. l.]: Ed. Elefante, 2018.

contidos na publicação, que muito nos ajudaram a avançar no caminho de iluminar o que vem sendo chamado em forma abstrata de financeirização da vida e como ela se traduz no cotidiano das mulheres.

Assim, nossos agradecimentos especiais a Silvia Federici, mestra-mor, que com sua sabedoria e humildade acendeu tochas em nosso caminhar; a Verónica Gago, brilhante, afetuosa e sempre comprometida com as mulheres; a Luci Cavallero, com sua simpatia aliada à precisão conceitual; e a Norma Sanchis, parceira sempre generosa e disposta a assumir conosco novos desafios. A Fernando Amorim e Paula Sarno, amigos novos, recolhidos nas andanças de buscar traduzir o “economês”, nossa gratidão também pela disponibilidade em partilhar conhecimento. E a Georges Caffentzis, que desde sua vastíssima experiência e sua prodigalidade nos permitiu trocas importantíssimas para descobrir esse outro lado das finanças.

Fevereiro 2020.

SOBRE O ENDIVIDAMENTO, AS VOZES DAS MULHERES

Graciela Rodriguez

Na última década, temos ouvido falar profusamente da expansão do sistema financeiro em um processo que alcança muitos âmbitos da produção e do cotidiano e, por isso, vem sendo chamado de **financeirização da vida**. Ao mesmo tempo, depois da crise de 2008, que provocou uma onda de tremores nas economias do mundo inteiro, foi possível perceber que os bancos receberam auxílios milionários, com os quais continuaram promovendo créditos e endividamento, ao passo que, segundo o Relatório Oxfam,¹ a concentração de renda no mundo continuava em marcha acelerada.

Ouvindo tais argumentações e dados, fomos instigadas a perguntar como esse sistema financeiro chega às populações e de que forma afetaria as mulheres, não só através das macropolíticas, mas também das micropolíticas e na cotidianidade.

Surgiu desse interesse a perspectiva de realizar uma exploração inicial da problemática, ouvindo as próprias mulheres que, de um modo ou outro, estão envolvidas no processo da “inclusão financeira” de que tanto se começava a falar e que buscava ampliar o acesso das mulheres ao sistema bancário e de crédito.

Já quando começamos a pesquisar, percebemos que o endividamento popular tem se tornado um grave problema social. A utilização de créditos ou empréstimos para financiar a vida cotidiana tem se tornado prática cada vez mais corriqueira nos setores populares. Já não se trata mais de financiar o consumo de eletrodomésticos, reforma da casa, ou até mesmo de uma máquina para a sua produção, mas, sim, de atender às necessidades básicas, como a compra de comida ou o pagamento das contas de água, luz e gás: eis o endividamento enquanto estratégia para o enfrentamento da crise econômica de reprodução da vida. E, por serem as mulheres as principais responsáveis pela administração do dia a dia das famílias, é justamente sobre elas que tem recaído esse endividamento para a subsistência.

1 Informe Oxfam 2019. <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/620928/bp-time-to-care-inequality-200120-es.pdf>

Se analisarmos as populações com maior nível de pobreza e de indigência, dentre as quais encontramos em maior proporção as mulheres negras, veremos inclusive que muitos lares nessa situação somente contam com uma mulher como principal ou única provedora de renda para a reprodução cotidiana da vida. Dentre os lares com apenas um(a) chefe(a) de família, em mais de 80% dos casos a chefia é exercida por mulheres. Se a esses aspectos forem somados elementos específicos, como raça, idade, desemprego ou informalidade, situações de risco ou de precariedade na moradia ou no trabalho, falta de creches e escolas de tempo integral, dentre outros, revelaremos situações ainda mais críticas.

As referências à “inclusão financeira” das mulheres – excelentes pagadoras dos empréstimos – multiplicaram-se nos documentos do G20 e da OMC (Organização Mundial do Comércio) como mecanismo de incorporação das mulheres ao empresariado, ao mercado empreendedor, ao “empoderamento feminino”... e ao endividamento. O W20 (Women20), grupo de trabalho dentro do G20 criado para tratar dos temas das mulheres e de gênero, foi copiando a linguagem e as demandas feministas para promover essa falsa inclusão num formato que os movimentos de mulheres temos denunciado como “a farsa do Women20/G20”. Não querem uma verdadeira inclusão; interessam-lhes mulheres subordinadas pela dívida.

A crescente falta de políticas públicas que surge dos programas de ajuste estrutural e de congelamento de gastos públicos promovidos nos últimos anos pelas agências multilaterais e o G20, e especialmente implementados no Brasil pelos governos Temer e Bolsonaro, tem efeitos devastadores sobre as mulheres que cuidam da sobrevivência familiar. De fato, as privatizações de serviços públicos, promovidas pelas políticas neoliberais, têm sua contrapartida no endividamento das famílias para o suprimento de tais serviços essenciais. Assim, essas políticas privatizantes vêm criando impactos dolorosos sobre a vida das mulheres, que se veem obrigadas a ampliar suas jornadas de trabalho e a se endividar para fazer frente à multiplicação de carências, dificultando ou mesmo impedindo-as de trabalhar de forma remunerada, reforçando assim sua subalternidade na sociedade.

Por sua vez, o sistema financeiro tem se beneficiado aproveitando as estratégias de sobrevivência das famílias que fazem uso de diversas alternativas de endividamento, como forma de retirar lucros a partir desses setores empobrecidos da população. De fato, o endividamento dos setores pauperizados é um dos negócios mais lucrativos da economia financeira, dados os altos juros cobrados e os retornos obtidos.

Propomos então escutar das mulheres suas formas de convivência com a lógica financeira, ouvindo suas vozes em diálogos de grupos de mulheres de setores populares criados a partir de alguns critérios

de territorialidade e situação de trabalho (emprego formal, informal ou desemprego), além de disponibilidade para intercâmbios sobre a realidade de gastos, consumo e dívidas de cada uma.

Os depoimentos foram colhidos em reuniões de grupos de mulheres organizados por organizações feministas de três cidades do Brasil: em Manaus/AM pelo Fórum Permanente de Mulheres de Manaus; em Salvador/BA pelo Coletivo de Mulheres do Calafate; e em Ibiapaba/CE pelo MIM (Movimento Ibiapabano de Mulheres).

Dentre os depoimentos que recolhemos, os principais referem-se:

- **à deterioração das condições de vida:** comparando a situação atual às anteriores, “as condições de vida sempre foram difíceis, mas atualmente está pior devido ao descaso dos governos com a situação do povo, à precariedade do emprego e à falta de dinheiro, que obriga as famílias a viverem de ‘bicos’ e reduzirem os gastos necessários à manutenção da casa”.
- **à busca de aumentar a renda familiar:** via múltiplas estratégias de vendas, incluindo feiras, venda domiciliar, panfletagem ou exibição de cartazes na rua, revenda virtual etc.
- **à combinação permanente de estratégias e cálculos de sobrevivência:** com mudanças no consumo, nas prioridades, no apoio familiar, na solidariedade comunitária, na combinação de empregos e “bicos” diversos (dois ou três ao mesmo tempo).
- **à contribuição dos planos sociais:** especialmente o Programa Bolsa Família (subsídio do Governo Federal para famílias de escassos recursos), mas também os apoios governamentais – como o Vale Gás, dentre outros – são apontados como fundamentais pela totalidade/tônica das entrevistadas. Na maioria dos casos, não significam o total da renda familiar, mas são significativos para complementar as necessidades básicas, especialmente nas famílias com crianças e adolescentes.
- **ao acesso ao crédito:** maior utilização entre as pessoas ou famílias de classe média empobrecida ou com fontes de renda mais estáveis.
- **à utilização do crédito:** vê-se com clareza uma mudança no que diz respeito ao padrão de demanda do crédito, cada vez mais destinado ao consumo de alimentos e, especialmente na região Norte, ao pagamento de dívidas com as empresas de água e energia (Manaus Energia, Águas do Amazonas, Norte Energia etc.). Os altos preços das tarifas de serviços públicos são constante sinalizados nos grupos. Muitas mencionam a troca de gás por carvão ou lenha nas regiões rurais ou urbanas periféricas. A falta de escolas e creches e os custos com transporte também foram altamente mencionados enquanto principais dificuldades para buscar emprego.

- **à constatação do aumento da violência sobre os territórios:** em todos os grupos, a violência foi mencionada como especial dificuldade para as mulheres nos bairros e comunidades, o que se materializa enquanto medo e obstáculo à sua permanência e circulação nas ruas com mínima segurança.
- **à presença do tráfico de drogas e das milícias:** em aumento na maior parte das cidades, ela é vivida com muita apreensão e como parte dos obstáculos à mobilidade das mulheres, especialmente às jovens. Ao mesmo tempo, é também apontada como fonte de oportunidade de trabalho e renda (por meio, por exemplo, da venda de salgadinhos ou de um salão de beleza que atenda os jovens “soldados” do tráfico, além dos demais moradores).
- **ao aumento da violência familiar:** “A situação de endividamento gera conflitos, tensões e violências dentro da família”, segundo a opinião das mulheres entrevistadas.
- **à situação das mulheres mais velhas:** quando aposentadas, são muitas vezes a renda familiar mais importante, por isso têm um lugar indispensável no desenho de papéis na família. Mas, quando não têm renda ou aposentadoria, em geral vivem situações de muita precariedade e dificilmente conseguem crédito.
- **à dívida e às sequelas de doenças:** em muitos casos, a preocupação com as dívidas, o “nome sujo” na praça ou a pressão para conseguir o pagamento das mesmas provoca em muitas mulheres algumas doenças, como angústia e depressão, pressão alta, gastrite, entre outras. No caso dos empréstimos com agiotas ligados às milícias em comunidades mais pauperizadas, são relatados casos de perseguição que provocam medos e síndrome do pânico. Esse cenário de desesperança e medo é também propício ao crescimento de igrejas, que oferecem contenção espiritual e provisão de alimentos.
- **à ampliação da bancarização:** a maioria das mulheres relata dificuldades para abrir conta corrente no banco, na maioria das vezes porque têm “o nome sujo na praça”, como se diz no Brasil daquele que participa da lista de inadimplentes de qualquer pagamento organizada por uma empresa privada (SPC/Serasa) que possui um cadastro com a situação financeira da maior parte dos adultos no país. No caso das participantes do Programa Bolsa Família, abrir uma conta bancária foi consequência da adjudicação do subsídio, cujo valor chegava por meio de cartão bancário.
- **ao crédito bancário e às fintechs:** são muito poucas as entrevistadas que citam compras via crédito bancário (caso da compra de um carro e outro caso da compra de um apartamento). A maioria não acede a crédito dos bancos oficiais. Ao mesmo tempo, várias conhecem agências financiadoras que apareceram nas cidades e que facilitam crédito sem garantias e sem necessidade de contracheque ou salário; várias narram o uso pelos maridos desse tipo de empréstimos.

- **ao programa de moradia:** o sonho da casa própria continua significativo. Algumas entrevistadas mencionam a dívida que têm com a Caixa Econômica Federal por conta do Programa Minha Casa Minha Vida, dos governos petistas. Essa é uma dívida que gera angústia em algumas participantes dos grupos, porque ela é de longa duração, e elas convivem com a noção de que levarão a vida toda pagando.
- **à figura do agiota:** essa figura é conhecida no Brasil de longa data, especialmente nas comunidades mais pobres. É o mecanismo mais usado pelas mulheres entrevistadas para a obtenção de crédito. Normalmente, têm um “contato fixo” e recorrem a ele, em muitos casos semanalmente, até mesmo para o lazer (um churrasco, sair para dançar...). O grande problema desse tipo de empréstimo são os juros altíssimos aplicados e, em muitos casos, a ocorrência de ameaças e até casos de mortes relatadas, sobretudo com o surgimento mais recente de uma nova figura do agiota, encarnado nos traficantes e milicianos, que tem criado uma pressão a mais para a devolução da dívida. São já mais comuns os casos de pessoas que são forçadas a trabalhar para o agiota, especialmente como motoristas de Uber, dirigindo até pagarem a dívida.
- **às fortes assimetrias entre o tomador do empréstimo e o financiador:** geralmente a letra miúda dos acordos para empréstimo já demarca essa diferença no domínio do jargão jurídico e da burocracia utilizados pelos bancos e agências de empréstimos.
- **ao machismo abusador:** quando as mulheres são as que pedem os créditos informais, essas assimetrias se agigantam porque os agiotas são normalmente homens que buscam aumentar essas distâncias e, muito comumente, como relatado, colocam pressões sobre as mulheres buscando vantagens sexuais ou se utilizam de abuso sexual como demonstração de poder e posterior extorsão.
- **à moralização da dívida:** “O sentimento de vergonha, medo e ansiedade está sempre presente quando a dívida não pode ser devolvida no tempo determinado, e a solução é, muitas vezes, pedir ajuda à família e/ou amigas, contraindo assim novo endividamento”, foi o resumo de um grupo. No Brasil, “ter o nome sujo” condensa justamente essa vergonha, é uma marca moral e culpabilizante por não ter conseguido saldar a dívida.

RESUMINDO...

Queremos condensar brevemente aqui o conjunto de depoimentos que revelam, com uma riqueza de detalhes que no momento não poderemos retratar, uma realidade social complexa e duríssima para

as camadas populares da sociedade brasileira. O retrato nos serve como pano de fundo e como alerta do que está acontecendo nos territórios de forma bastante opaca e não explicitada. De fato, a cultura do neoliberalismo cultiva com afincos a perspectiva que se desenvolve desde os tempos de surgimento do capitalismo moderno de “impregnar de sentimentos de culpa, vergonha e fracasso quem se endivida e não consegue fazer frente à essa dívida e que, em situação de solidão e isolamento, se percebe sem capacidade e possibilidade de incidir sobre as condições, o custo e as consequências dessa dívida na sua vida” (SANCHÍS, 2019, p. 3). De fato, o neoliberalismo desafia o indivíduo ao sucesso e mede seu fracasso pela sua impossibilidade de “prosperar”, de consumir e de pagar suas dívidas.

A financeirização do cotidiano dos setores mais pobres, longe de ser fonte de inclusão social e caminho de saída da pobreza, se constitui em fonte de vulnerabilidade enquadrada por desigualdades sociais e econômicas preexistentes, com condições segmentadas altamente desfavoráveis para os mais pobres. (SANCHÍS, 2019).

A partir dos depoimentos, abrimos a cortina para um panorama da situação vivida pelas mulheres, suas famílias e entorno em relação à problemática do endividamento popular. De fato, as entrevistas – ainda que não representativas numericamente – nos revelam que esse é um problema social grave, que aprofunda a exploração dos setores populares, assalariados ou não, que percorre os territórios e as diversas formas de trabalho e que vai desenvolvendo novas formas de exploração e acoso às populações empobrecidas, num momento de ampliação das relações não assalariadas tradicionais e que serão agora despossuídas nas economias informais.

Temos percebido que as formas de expansão do financiamento estão muito ligadas ao crescimento da informalidade nos territórios e que as mulheres são a maioria dos trabalhadores da informalidade, além de estarem desocupadas em maior proporção e com rendimentos menores. Por outro lado, a responsabilidade ainda majoritária das mulheres com o cuidado da casa e com a manutenção do funcionamento familiar faz com que carreguem o enfrentamento dos custos da sobrevivência e a luta cotidiana e concreta que vivem as famílias para a distribuição e uso dos recursos, recorrendo aos créditos e endividamentos para suprir necessidades básicas.

Finalmente, num contexto de brutal desemprego, de falta total de regras de proteção trabalhista, de normalização crescente das atividades econômicas ilegais e de expansão do militarismo e das violências enquanto “pedagogia da crueldade” (SEGATO, 2018), percebemos na financeirização da vida um

elemento central para viabilizar novas formas de lucro. Entender como esse fenômeno se dá sobre as populações, em particular sobre as mulheres, torna-se cada dia mais importante para quem pretende ter uma ação transformadora sobre o mundo.

Assim, uma disputa importante com o neoliberalismo passará certamente por entender que o endividamento não é um problema individual. Precisamos politizar a questão. Aqui começamos a encontrar o sentido desta pesquisa, que busca conhecer a realidade desta fase de expansão financeira do capitalismo para agir no sentido de sua transformação.

Buscaremos nos capítulos seguintes aprofundar a leitura da realidade e cartografar a ofensiva do capital financeiro para colocar em disputa as forças que nela se digladiam.

BIBLIOGRAFIA

OXFAM. *Tiempo para el cuidado: el trabajo de cuidados y la crisis global de desigualdad*. Trad. Cristina Álvarez. Oxford: Oxfam, 2020.

RED DE GÉNERO Y COMERCIO. *Cuando las mujeres necesitan endeudarse para comprar comida o pagar la luz*. Folheto de divulgação. Buenos Aires, 2019.

SANCHÍS, Norma (org.). *Mujeres ante la crisis. ¿Endeudarse para vivir?* Buenos Aires: Red de Género y comercio, maio 2019.

SEGATO, Rita. *Contrapedagogias de la crueldad*. Buenos Aires: Prometeo, 2018.

À FINANCEIRIZAÇÃO DA VIDA: AS MULHERES E O ENDIVIDAMENTO DO CUIDADO

Graciela Rodriguez

O mundo todo e o modelo econômico global continuam vivenciando mudanças vertiginosas. O padrão de acumulação do capital tem se modificado profundamente nas últimas décadas, assim, podemos caracterizar o surgimento de uma nova fase do neoliberalismo. Trata-se de importantes modificações no sistema de acumulação capitalista, promovidas a partir da globalização, porém, avançando sobre esta, no sentido de uma economia imaterial, tanto no âmbito da produção quanto dos recursos monetários. As atividades produtivas, e até o próprio dinheiro, vêm se desmaterializando, provocando uma modificação profunda da economia global.

Sabemos que o surgimento do capital financeiro e dos bancos – que guardavam e emprestavam dinheiro – foi fundamental para o florescimento do capitalismo, e que a especulação financeira e o endividamento são mecanismos que crescem desde a época medieval. Porém, o fenômeno que aqui chamamos de financeirização é de aprofundamento recente. O sistema financeiro tem ocupado um lugar preponderante nas economias e está atualmente ampliando as fronteiras do capital, incorporando os territórios e a vida virtual à sua voracidade. Nas últimas décadas, temos visto crescer uma hiperacumulação financeira, buscando ampliar, assim, o limite de expansão real das economias. Se o capitalismo até certo momento foi se ampliando na conquista de novos territórios, e as guerras para esse controle foram fundamentais, a expansão produtiva vai alcançando na globalização seu limite físico, precisando ganhar agora também o espaço virtual. De fato, para Yann Moulier Boutang¹,

A financeirização é, ela mesma, uma consequência da transformação profunda, o advento de um terceiro tipo de capitalismo, o capitalismo cognitivo. É porque o capitalismo descobriu o novo continente da poli-

1 JUNGES, Márcia; CHAVES, Leslie. *A financeirização e as mutações do capitalismo*. Trad. Vanise Dresch. IHU On-line, São Leopoldo, ano XV, n. 468, p. 32-41, jun. 2015.

nização humana (da força produtiva das interações da multidão humana em sociedade), de trezentas a mil vezes mais produtiva que o antigo modo de produção dominado pelo modelo da mecânica, da energia de carbono [...]. [Ela é] um pálido reflexo da descoberta de um novo Eldorado.

Assim, o que foi denominado como financeirização da vida refere-se a essa expansão da acumulação capitalista via mecanismos financeiros que exacerbam e multiplicam a produção de valor (DOWBOR, 2017) e expandem a esfera do econômico para penetrar nas múltiplas esferas da vida cotidiana e do conhecimento. Por isso, neste processo, o sistema financeiro acaba criando e protegendo interesses e movimentos especulativos gigantescos, em detrimento até da expansão do capital direcionado para as atividades produtivas. Ainda que esta não seja a única forma de apropriação de valor pelas finanças que analisaremos neste capítulo, esta lógica especulativa tem na sua base uma visão referenciada nas economias industriais e na lógica da produtividade.

Inicialmente, para alguns autores essa drenagem – atualmente desmedida – de capital – que poderia ser produtivo – passa para o âmbito especulativo através da atração das taxas de juros bancárias, esterilizando as economias, uma vez que se trata de capital que se apropria da produção por quem não produz. Segundo Dowbor (2017), essa “apropriação indébita de recursos cria sua própria legalidade dando aparência legal a um processo destruidor para a economia”. Isso ocorre a partir de uma arquitetura ampla e diversificada que busca dar essa legalidade e segurança jurídica aos fluxos do capital financeiro, passando por acordos de proteção de investimentos até os caminhos favorecidos pelos “paraísos fiscais” (que deveriam ser chamados de “guaridas fiscais”).

De fato, esse caminho de expansão financeira tem criado também grande quantidade de mecanismos que permitem a expansão da circulação global dos fluxos ilegais, da lavagem de dinheiro, da evasão fiscal, da fuga de capitais, dilatando o âmbito do que poderíamos chamar de “capitalismo da ilegalidade”. No fim das contas, a economia, que precisa da produção para realização do valor e do consumo como motor econômico, acaba refém de um sistema intermediado pelo capital financeiro e especulativo.

O capitalismo de viés curto-prazista, associado ao oligopólio bancário, acaba travando a expansão do crédito produtivo por meio dos altos juros cobrados e a própria demanda das famílias, uma vez que estas já estão inseridas no ciclo vicioso do endividamento, pegando crédito para pagar juros.² E trava,

2 No Brasil, atualmente 63,8 milhões de adultos estão endividados e inadimplentes, ou “negativados”, em termos do SPC (Sistema de Proteção ao Crédito), empresa privada que possui o maior cadastro de informações sobre pessoas com dívidas ativas.

finalmente, a vocação do Estado de promover políticas públicas e debilita sua capacidade regulatória e de controle do fluxo de capitais, que circulam livremente graças aos acordos internacionais de proteção de investimentos. Reduz ainda as capacidades tributárias desses Estados, que acabam drenadas pelo conhecido mecanismo da dívida externa. Resumindo, os lucros dos bancos vêm se expandindo em proporção inversa ao crescimento das economias, contribuindo com a indigna concentração de riquezas a que o mundo assiste.

Esse predomínio excessivo do setor financeiro sobre o capital industrial e de serviços pode ser considerado uma forma de sobrevida do capital diante das sucessivas crises do capitalismo no século XX. Não obstante, foi capaz, no início do presente século, de criar talvez a maior crise capitalista já vivenciada. A crise de 2008, que surgiu nos EUA, no coração do capitalismo moderno, tinha em seu âmago uma profunda crise de endividamento popular através dos créditos hipotecários, que, num efeito cascata, culminou no estouro da “bolha” imobiliária, contaminando o resto da economia americana, com fortes impactos no mundo.

Assim, a crise nos mostrou de forma brutal que o sistema financeiro não só se expande e gera incertezas através das dívidas que os países contraem e do endividamento das empresas, mas mostrou também um aspecto muito menos visibilizado, expondo de que forma se imbrica na vida cotidiana, como endividamento das pessoas.

Mas não acabam aqui as formas de exação do capital financeiro. Nesse sentido, chamaremos também a atenção para um novo caminho que atualmente as finanças estão utilizando e que, como veremos, incluirá a exploração através do endividamento das novas formas do trabalho e remuneração. Alguns autores têm apontado o “extrativismo financeiro” como conceito que permite uma aproximação decolonial a este processo, e especialmente Gago e Cavallero (2019) têm colocado um olhar feminista sobre o fenômeno do endividamento explosivo dos últimos tempos, que tem alcançado de maneira especial e cruel as mulheres (GAGO; CAVALLERO, 2019). De fato, o endividamento das pessoas mostra como funciona o sistema financeiro e como ele concretamente aterrissa e encarna nos territórios. Mas vamos passo a passo.

De acordo com Dowbor (2017), podemos compreender que, “na atualidade, o sistema financeiro se tornou o principal sistema de exploração” (DOWBOR, 2017). Nesse sentido, neste capítulo vamos buscar aprofundar o conhecimento do processo de financeirização das economias, na sua dimensão relativa à vida das pessoas e, em particular, das mulheres, que em sua maioria são gestoras do cotidiano da vida no âmbito doméstico.

COLAPSO FINANCEIRO DE 2008

O estouro da crise de 2008 foi precedido por sucessivas crises que, desde meados da década de 1990, foram sendo promovidas pelo alargamento do papel do mercado financeiro e pelo aumento das atividades especulativas. A desaceleração econômica posterior à crise, com recessão em muitos países contaminados, gerou ainda o aumento das dívidas públicas. Muitos autores, inclusive, chamam-na de uma crise estrutural do capitalismo, que, mais de dez anos depois, ainda se faz sentir, podendo caminhar no sentido de uma nova bolha financeira como tragédia anunciada.

De fato, o colapso financeiro de 2008 mostrou o resultado de décadas de desregulamentação financeira e das sucessivas crises provocadas em países da periferia do sistema, que começaram com a chamada Crise da Tequila, no México, em 1994. A diferença entre elas e a crise de 2008 foi que esta se deu no coração do sistema, contagiando posteriormente diversas regiões e países do mundo inteiro, transformando-se numa crise global. Desde então, a recessão econômica, com enorme diminuição das taxas de crescimento dos países, se espalhou globalmente e vem provocando graves impactos, especialmente sociais.

Na busca de saídas para a crise, muito se falou na necessidade de regulação financeira, e esse foi um dos aspectos centrais para a própria criação do G20. A inclusão de presidentes nos encontros do grupo foi sintomática, dado que os ministros das áreas financeiras dos países do G8 já vinham se reunindo – muitas vezes incorporando países periféricos. Essa iniciativa, por sinal, surgiu a partir da conhecida Crise da Vodka, que em 1998 teve como epicentro a Rússia, provocando a necessidade de se buscar alguma forma de coordenação do processo de flexibilização dos fluxos financeiros.

O convite feito em 2008 a alguns importantes países “emergentes” para participação no grupo das 20 maiores economias do planeta, para formar o que agora conhecemos como G20, teve diversos motivos. Como mencionado, talvez o mais importante tenha sido a necessidade de lançar uma agenda pretensamente prioritária, para acordar uma regulação financeira mínima para a economia global em crise. Lembremos que o G20 rapidamente se autodenominou como o “primeiro fórum para a cooperação econômica internacional”, dando para si o papel de reformador da arquitetura financeira global, que fora criada depois da Segunda Guerra Mundial e que permanecia basicamente a mesma desde então.

Desde 2009, o grupo declarou que passaria a exercer um papel fundamental para que os mecanismos e entidades já existentes³ aumentassem o rigor das medidas prudenciais, a imposição de tetos de alavancagem das instituições bancárias, assim como a criação de requisitos de liquidez para as mesmas, dentre outras exigências iniciais (ANBIMA, 2011). Entretanto, se a regulação financeira foi uma pauta central nas primeiras reuniões, em poucos anos, e depois das mudanças na legislação financeira interna dos EUA (Lei *Dodd Frank*) e de alguns avanços regulatórios no âmbito das finanças na União Europeia, essa agenda foi relegada a um segundo plano. Isso porque, de fato, a liberalização ampla dos fluxos de capital estava já no coração do sistema de acumulação, a partir da mudança mais importante realizada nos EUA, que foi a retomada do poder do Estado americano sobre a circulação de moedas no mundo. Esse fato permitiu a “centralização do sistema financeiro global que permite o atual gigantesco poder americano de punição e sanções, que inclusive faz parte do arsenal de guerra dos EUA” (FIORI, 2019).

Importante salientar que a entrada de países “emergentes” foi precedida pelo aumento das suas moedas na própria sustentação do sistema monetário e financeiro internacional. A partir do acúmulo de reservas internacionais (em níveis nunca antes vistos), pela primeira vez na história, os países emergentes acumularam mais moeda forte do que os países centrais, uma particularidade desse novo ordenamento. Assim, contribuíram, por diferentes caminhos, para viabilizar pacotes de resgates e outros mecanismos de enxugamento ou emissão de dívidas por parte dos EUA e demais países centrais, reforçando o papel do dólar como moeda-chave.

Na esteira desses acontecimentos, o papel da China e o processo de criação dos Brics deram contribuição para um novo impulso às chamadas IFIs (instituições financeiras multilaterais) e à reconstrução do papel do FMI e do Banco Mundial, que vinham já desde os anos 1990 com escassa legitimidade. Isto, evidentemente, significou um aumento do peso político desses países emergentes – especialmente dos membros dos Brics – a partir do questionamento da governança do Fundo, muito centralizada nos EUA e na Europa, mas, ao mesmo tempo, deixou tais países “emergentes” cada vez mais atrelados ao sistema financeiro, em particular aos EUA (por deterem grande parte dos títulos de sua dívida) e ao conjunto da economia global.

Todo esse processo, muito sucintamente resumido, se completa com a quase paralisia das negociações no âmbito da OMC e a retomada dos acordos bilaterais e regionais, muito mais adequados para o alcance de avanços na área de segurança jurídica para o livre fluxo dos capitais financeiros. Os acordos

3 Entidades internacionais como o Comitê de Basileia para Supervisão Bancária e o Fórum de Estabilidade Financeira.

de livre comércio, e especialmente os acordos de investimentos, ampliarão em pouquíssimo tempo a criação de marcos regulatórios de proteção para os capitais, e assim irão alavancando a financeirização das economias em escala planetária.

A partir de 2011, e especialmente em 2012, com a Rio+20 e a espetacularização da chamada “economia verde”, o G20 abandonaria de vez a centralidade da pauta de regulação do sistema financeiro e daria passos no sentido de uma priorização ao fomento dos investimentos globais em infraestrutura e energias ditas renováveis – a chamada “economia verde”. Esse processo, por sua vez, tendeu a promover uma financeirização da natureza, além de abrir um novo ciclo de crescimento das dívidas públicas. Um novo impulso à flexibilização das leis ambientais complementou, assim, as diversas flexibilizações nas legislações trabalhistas e previdenciárias, buscando promover ambientes favoráveis aos investimentos, desenhando a desidratada pauta central do G20 que chega até nossos dias.

Diante disso, fica evidente que a ampliação da regulação financeira prometida pelo G20 avançou muito pouco. No âmbito do FMI, a recapitalização do fundo se deu através da promessa de aumento das cotas de poder decisório para países emergentes, aumentando os recursos disponíveis e contribuindo para a concessão de novos empréstimos, especialmente para os países do leste europeu e outros periféricos. Em suma, “em um contexto de crise de acumulação, as IFIs se fortaleceram como instrumento de garantia da infraestrutura econômico-financeira para a privatização, a reprimarização e a financeirização, necessárias às elites financeiras transnacionais” (AGUIAR, 2012).

De fato, o quadro de desregulamentação e de liberdade para circulação das finanças segue a mesma toada, revelando que não se trata de falta de recursos, mas de ausência de uma governança global do sistema financeiro que vise à inclusão e ao desenvolvimento social.

O G20 tinha, ao menos no discurso, uma agenda mais ousada, que incluía o fim dos paraísos fiscais e a taxação das transações financeiras internacionais, porém acabou por salvar os bancos que produziram a crise e reabilitar o FMI, medidas equivocadas e insuficientes, dado que a crise recrudescer. (RODRIGUEZ, 2012).

Assim, tanto o G20 quanto as IFIs têm tido um papel fundamental para o alargamento dos mercados financeiros e sua ampliação não só para a produção e o aproveitamento dos recursos naturais, como também para a implementação de marcos regulatórios para liberalização dos fluxos de capital, avançando nas privatizações e levando à frente a estratégia de aprofundamento do paradigma neoliberal em sua fase financeira.

OUTROS ASPECTOS RESULTANTES DA CRISE DE 2008

Mas não foram esses os únicos impactos da crise. As fortes consequências sociais, institucionais e políticas que acometeram grande parte das economias do mundo ocidental deram sua contribuição na dramática modificação desagregadora do sistema democrático de diversos países. Se, por um lado, os maiores ganhadores na globalização foram as grandes corporações transnacionais, que ampliaram seu tamanho e poder por cima dos Estados nacionais, por outro, as crises financeiras – em particular a de 2008 – acabaram catapultando o poder dos bancos e das corporações do sistema financeiro em sua ampla configuração. Pode-se dizer, assim, que esses agentes ganharam um papel reconfigurador do regime de acumulação global, revelando a nova fase financeira do neoliberalismo.

Desde o caso da dívida grega, que forçou a assinatura de um acordo para renegociação da dívida externa à revelia do plebiscito realizado em 2015, a força do sistema financeiro sobre os países e populações se tornou indiscutível. Segundo Maria Lucia Fatorelli, especialista no tema, “A dívida grega foi o resultado de um enorme esquema idealizado para o salvamento dos grandes bancos privados europeus, afetados pela bolha de 2008”. Os mesmos bancos que forçaram o governo grego ao cumprimento dos compromissos da dívida, apesar das evidências sobre os abusos e até ilícitos do processo de renegociação da mesma, formam parte da elite do capital financeiro global que ostenta o aviltante nível atual de concentração da riqueza no mundo.

Tratou-se, assim, de um processo que tem como um dos resultados mais evidentes e dramáticos o que se tem chamado de “financeirização da vida”. Esse processo, que desde Marx vem sendo muito analisado, nas últimas décadas tem alçado voos mais ousados e vem imprimindo sua hegemonia e transformando o modelo econômico vigente.

O papel dos Estados nacionais, que sempre estiveram ligados às suas elites hegemônicas, passa, desse modo – e cada vez mais –, a se colocar a serviço das elites financeiras internacionais, que determinam o jogo econômico global. Adicionalmente, ainda que o sistema financeiro funcione ao nível global, a regulação é feita pelos Estados, cada vez mais cooptados pelas grandes corporações transnacionais, num processo que se complementa agora com o domínio financeiro. A concentração dos mecanismos de acumulação e circulação dos fluxos de capital acaba configurando o que alguns autores têm caracterizado como o fim do capitalismo “democrático”.

O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO

O panorama da ascensão recente da hegemonia do capital financeiro no mundo globalizado, processo que foi se desenhando ao mesmo tempo em que promovia profundas disputas no âmbito internacional, vem gerando diversas tendências. Uma delas é a concentração do capital na ciranda financeira e sua capacidade cada vez maior de controlar e submeter os governos nacionais aos seus desígnios. Esse fato talvez nos explique muito acerca dos processos políticos que vivenciamos atualmente, apoiados pela força inesperada e agressiva da onda neoliberal conservadora que varre grande parte da América Latina e do mundo ocidental, além de talvez nos ajudar a entender o que chamamos de “capitalismo da ilegalidade”, nutrido pelos fluxos de recursos oriundos das políticas de combate ao narcotráfico, dinheiro que muitas vezes acaba “lavado” na camuflagem de algumas igrejas neopentecostais de formação recente e que percorre diversos caminhos do *off-shore* passando pelas guaridas fiscais.

Tudo isto complementa uma trama financeira especulativa e de transações provenientes da corrupção e da evasão fiscal das empresas, em especial das transnacionais, da corrupção dos sistemas políticos e do funcionalismo público em diversas instâncias, provocando ataques às democracias dos países e controle das populações com diversos mecanismos repressivos. A situação em diversos países da América Latina – em particular no caso do Brasil, com a ascensão do fascismo – não se explica sem esse conluio entre o capital financeiro e a institucionalidade bancária protegida, por um lado, e os mecanismos delitivos (exercidos por policiais e ex-policiais, milicianos – paramilitares – protegidos por funcionários públicos, juízes, promotores etc.) implementando a famosa política norte-americana de “combate ao tráfico de drogas”, por outro. Tal política, criada e exportada pelos EUA para a América Latina desde finais do século passado, buscou com sucesso controlar territórios e destruir os tecidos sociais na região, mas também possibilitou alavancar essa trama financeira opaca.

Assim, assistimos ao processo de deterioração e desmonte dos Estados nacionais, com diferentes velocidades e metodologias, mas, na maioria dos casos, a partir dessa matriz combinada, exercida com o auxílio da manipulação midiática, em detrimento das formas já historicamente débeis de democracia no âmbito latino-americano.

Nesse contexto, as políticas de ajuste estrutural e o contingenciamento dos gastos públicos são resultantes desse fortalecimento do sistema financeiro e relacionados às IFIs e suas “condicionalidades”, onde o aumento e a reconfiguração das dívidas públicas são acrescidos de um aumento das dívidas privadas. Tal crescimento das dívidas das empresas também tem se estendido às pessoas físicas, ampliando o endivida-

mento nas populações empobrecidas. O capital financeiro continua procurando sua expansão, aprofundando a ocupação e o aproveitamento dos corpos precarizados e dos territórios fragmentados.

O ENDIVIDAMENTO COMO MECANISMO DE EXPLORAÇÃO

Para muitos autores, as crises sistêmicas das últimas décadas seriam resultado das próprias contradições estruturais do capitalismo contemporâneo (COCCO, 2009). Nesse contexto, também estamos presenciando uma transformação muito vasta e profunda do mundo laboral. Para entender a atuação do sistema financeiro sobre a vida das pessoas, por sua vez, precisamos refletir acerca das novas feições que toma o trabalho e como elas abriram o caminho para formas inovadoras de ação do capital financeiro sobre o cotidiano de trabalho e sobre a vida dos setores trabalhadores.

Podemos dizer de forma resumida que o proletariado formado por trabalhadores e trabalhadoras formais, em sua acepção fordista, vem declinando sua presença no mercado de trabalho desde os anos 1980, ao tempo que as economias, sobretudo periféricas, presenciaram o crescimento acelerado do chamado setor informal. O trabalhador formal, em relação assalariada, majoritariamente masculino, trabalhando em fábricas ou espaços semelhantes, completamente separado do seu entorno familiar e da reprodução cotidiana da sua vida, vai sendo substituído no mercado de trabalho por trabalhadores “informais”. Estes últimos caracterizam-se por não deterem vínculos estabelecidos, em relações não mediadas por salários, em condições precarizadas, trabalhando em espaços comunitários ou locais e tempos dispersos. Essas mudanças trouxeram um panorama ao mundo do trabalho em que pouco se visualiza o imaginário de trabalhador que povoou o século passado. Cada vez mais o trabalho contemporâneo se torna cognitivo, afetivo, mediado pela tecnologia e, ao mesmo tempo, precário, não reconhecido, flexível, formal e informal.

Esse panorama do mundo do trabalho atual vem sendo estudado e descrito por diversos autores como sendo “múltiplo, fluido, inclusivo e excludente ao mesmo tempo, e inseguro”. Assim, de acordo com Cocco (2009), “as forças produtivas hoje são aquelas de um trabalho mobilizado diretamente dentro da sociedade, sem passar pela relação salarial formal”.

Essa crise, somada à ampliação e à pluralidade das categorias de trabalhadores, vai dando uma nova feição às economias chamadas “informais” ou “periféricas”. Devemos ressaltar que no Brasil, e de modo geral na América Latina, não é possível a aplicação estrita de categorias acadêmicas hegemônicas (por um ponto de vista eurocêntrico sobre o trabalho formal fordista), pois nestas terras o trabalho

informal, ou as diversas formas de sobrevivência das populações marginalizadas, sempre coexistiu com o trabalho assalariado fabril, mas, ainda assim, é notável a mudança no padrão do emprego.

O trabalho de “carteira assinada” como se conhece no Brasil vem sofrendo uma queda contínua nos últimos anos, e o desemprego chega no atual momento a um nível elevadíssimo, se comparado às últimas décadas. No caso do Brasil, tivemos em 2019 a impressionante taxa de 11,9% de desemprego, ou seja, quase 13 milhões de pessoas desempregadas, e, se virmos a economia em seu conjunto, encontraremos ainda mais de 28 milhões de subocupados (IBGE, 2020).

FINANCEIRIZAÇÃO ACELERADA

Além da progressão do trabalho informal e do desemprego estrutural, fortemente impulsionados no Brasil por um processo crescente de desindustrialização durante as últimas décadas, vem-se vivenciando um acelerado processo de financeirização/bancarização da economia. Esse processo, inerente à atual fase do neoliberalismo, teve um surgimento precoce no país, segundo alguns autores.

Basicamente, a financeirização retrata um processo no qual os mercados financeiros, as instituições financeiras e as elites financeiras passam a ter peso crescente nas políticas econômicas e nos seus efeitos (PALLEY, 2007). Ao mesmo tempo dessa marcada financeirização da vida econômica, a década petista também foi determinada por uma intensiva e quase extemporânea presença investidora do Estado, pois ela se deu numa época de fortes avanços neoliberais globais e de ampliação generalizada da perspectiva do “Estado mínimo”. A ampliação das políticas sociais e a distribuição de diversos subsídios buscaram implementar uma estratégia de inclusão social e até de acesso à cidadania via consumo.

Por sua parte, na sua ambição de expansão, o capital financeiro vem buscando novos espaços de atuação, e, como mencionamos, foi passando do âmbito macro, através das dívidas públicas dos Estados, a invadir o campo micro, através da ampliação dos créditos pessoais. Entretanto, devemos mencionar que, para isso, houve no Brasil especial importância do papel do Estado na provisão de políticas sociais via bancarização. Trata-se de um vasto campo de análise e pesquisa que não abordaremos aqui, porém consideraremos a importância do mesmo, que se realizou com o aumento da provisão mercantilizada do chamado estado de bem-estar social, não só nas áreas de saúde e previdência (que são as mais típicas e generalizadas), mas também no conjunto da provisão e acesso aos serviços públicos.

É importante destacar que o processo de financeirização por meio da bancarização da prestação de serviços sociais evidencia a outra face das políticas públicas, fundamentais para a melhoria dos índices

de desigualdade no Brasil nos governos Lula e Dilma. Esse aspecto vem sendo discutido por diversos autores, visibilizando de que forma o pagamento do Bolsa Família via cartão bancário contribuiu para a ampliação do sistema financeiro e para a expansão territorial deste, e posteriormente sendo completado pela expansão virtual dos bancos.

Esse processo, impulsionado pelos subsídios, facilitou e consolidou paulatinamente uma expansão do capital por meio da disseminação da oferta do crédito em amplas regiões do país e para populações largamente distanciadas do acesso aos bancos. Ademais, as financiadoras, que começaram a se multiplicar nos municípios, foram avançando sobre os territórios suburbanos e até sobre os espaços economicamente “marginais” das cidades brasileiras.

Essa amplificação do crédito, facilitada pela expansão das políticas sociais, foi também uma estratégia que permitiu conciliar os interesses do setor financeiro nacional com o impulso que o governo vinha dando ao setor de bens de consumo, linha de desenvolvimento desenhada de forma atrelada à perspectiva de crescimento do emprego. Apesar de essas estratégias terem sido pensadas como um processo político e econômico de sinergias, com o passar do tempo, os investimentos financeiros foram progressivamente substituindo os investimentos produtivos por parte dos empresários, potencializando o processo de desindustrialização em curso e dando continuidade à tendência global de retração industrial nos países periféricos.

A notável progressão do crédito de consumo vinculado a determinados benefícios sociais, na última década, aparece no centro da chamada estratégia social-desenvolvimentista (BASTOS, 2012), cujo saldo mais positivo foi praticamente universalizar o acesso a determinados bens de consumo duráveis ao longo da curva de distribuição de renda, contribuindo, portanto, para o aquecimento da demanda doméstica e fazendo do consumo das famílias o motor do crescimento econômico recente. Argumentamos que a outra face da moeda reside num processo de forte endividamento e de maior vulnerabilização das classes populares e dos grupos mais desfavorecidos, concomitantemente a uma precarização e desinstitucionalização do sistema de proteção social. (FAGNANI, 2010).⁴

4 LAVINAS, Lena. A financeirização da política social: o caso brasileiro. Forthcoming at Politika, Rio de Janeiro, Fundação João Mangabeira, n. 2, jul. 2015.

FORMAS DO ENDIVIDAMENTO

O intuito a partir de agora é somar mais um elemento nesta análise sucinta do processo de crescimento da financeirização da vida cotidiana, incluindo aspectos de sua chegada aos territórios e aos setores populares. Nesse sentido, a ampliação do número de endividados, que tem se tornado notório em muitos países, inclui diversas modalidades de produtos e serviços. Incluem-se na lista setores como moradia, saúde, bens de consumo, educação, chegando mais recentemente ao cotidiano da alimentação e ao pagamento das tarifas de serviços públicos, como água e energia, através do sistema dos cartões de crédito.

Como James Baldwin disse uma vez, quem já batalhou na pobreza sabe como é extremamente caro ser pobre. Isso é verdade agora mais do que nunca. Alguns chamam isso de “imposto sobre a pobreza”, que é a sobretaxa paga pelas pessoas por não terem poupanças ou acesso a crédito “*prime*” e por serem destinadas às “finanças marginais”, uma forma de designar a matriz de serviços financeiros “alternativos” oferecidos por fornecedores que operam por fora dos bancos com resseguros. (COMMON NOTIONS; PM PRESS; AUTONOMEDIA, 2014).

Atualmente 63,8 milhões de brasileiros se encontram inadimplentes em alguma forma de crédito outorgado ao sistema bancário formal. Entretanto, fora do sistema bancário tradicional, a expansão recente do crédito nas periferias brasileiras vem também se materializando em um fenômeno explosivo. Ainda que recorrer a empréstimos por fora do sistema bancário seja habitual nas camadas populares, essa modalidade teve um auge com a aparição e multiplicação de pequenas financeiras – algumas ligadas a bancos conhecidos – ou com os crediários de estabelecimentos comerciais.

Para ilustrar o que foi descrito, o Brasil tinha 183,6 milhões de cartões de crédito no quarto trimestre de 2018, dos quais 98,7 milhões (53,7%) estavam ativos, segundo dados do Banco Central. Os números representam respectivamente um crescimento de 16,2% e de 16,3% na comparação com o quarto trimestre de 2017. O uso de cartões no Brasil cresceu 14,5% e atingiu R\$ 1,55 trilhão em compras em 2018, o equivalente a 22,8% do PIB (Produto Interno Bruto). Os números foram divulgados recentemente pela Abecs (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços) (TEIXEIRA, 2019).

Juntamente com a Argentina, na América Latina, o Brasil é um dos países que mais faz uso de cartão de crédito na hora de comprar produtos de consumo massivo. De acordo com levantamento de uma

multinacional de tendências de consumo, 45% das famílias latino-americanas utilizam cartão de crédito na região para tais compras; já no Brasil, este número sobe para 65% (A força..., 2019).

O cartão de crédito é uma das principais modalidades de pagamento usadas pelos consumidores em todo o mundo; no Brasil, já são quase 52 milhões de usuários. Estes dados são mostrados por uma pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil – no país, a maior empresa que leva o cadastro das pessoas em inadimplência) e pelo portal Meu Bolso Feliz em todo o Brasil sobre os hábitos de compra do consumidor e as vantagens e desvantagens do cartão de crédito. Segundo a pesquisa,

[...] 52 milhões de brasileiros usam o cartão de crédito como forma de pagamento. Um terço dos usuários de cartão não sabe o limite; 96% desconhecem as taxas de juros mensais, e 93% admitem o risco de gastar mais do que podem. O estudo revela que 53% dos entrevistados possuem cartão, com uma média de quase dois por pessoa. Desse total, quase metade (47%) parcela as compras com esse meio de pagamento pelo menos uma vez ao mês, principalmente no caso de roupas (48%), calçados (44%) e eletrodomésticos (44%).

Finalmente, o estudo aponta que “Não precisar andar com dinheiro é a principal vantagem” e que 19% pedem cartão emprestado a terceiros – esta, aliás, é uma das maiores causas apontadas pelos endividados para a inadimplência.⁵

Os anos de governos progressistas, com suas políticas de criação de empregos, além dos subsídios já mencionados, promoveram a ampliação da oferta de serviços financeiros para promoção do consumo de bens, especialmente de bens duráveis, como eletrodomésticos, motocicletas etc. Entretanto, com o aumento do desemprego e da precariedade nos últimos anos, os mecanismos informais, velhos conhecidos da população, se multiplicaram através da presença das economias populares dos agiotas no interior. Ainda que muitas vezes “os próprios bancos façam o papel de agiotas, em escala incomparavelmente mais nociva” (DOWBOR, 2019), este florescimento da agiotagem é muito preocupante no marco da extensão e capilaridade que vão tomando nos territórios as economias ilegais.

Esse tipo de empréstimo “informal” foi se ampliando justamente em resposta às necessidades urgentes de populações cada vez mais precarizadas e subempregadas, que foram se vendo na necessidade de recorrer a tais mecanismos, que evidentemente não contam com nenhum tipo de proteção legal nem vínculos contratuais formais. Justamente esse formato, legitimado na prática e delitivo na normativa –

5 Fonte: <https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/pesquisas>.

já que está catalogado como crime financeiro –, permitirá situações abusivas e cobranças fraudulentas. Assim, os créditos informais têm se avolumado nos bairros e comunidades das periferias das cidades do Brasil, alcançado níveis de juros extorsivos da população, criando diversos mecanismos de cobrança mafiosa e inclusive fortalecendo o poder das milícias em muitas regiões.

Por outra parte, se bem existe uma normativa de proteção aos consumidores e consumidoras de serviços financeiros no Brasil, evidentemente muitos são os problemas decorrentes de tais serviços no âmbito bancário, e eles se tornam de outra natureza mais complexa nos empréstimos com agiotas. Vários são os esforços para coibir problemas e crimes resultantes da violação dos direitos de usuários dos sistemas financeiros, em capítulos e departamentos especiais da proteção ao consumidor. Porém, diante da agiotagem, a proteção dista muito de ser alcançada, e, pelo contrário, alguns instrumentos recentemente implementados pelo governo Bolsonaro, como a Lei de Criação de Empresa Simples de Crédito (ESC), têm permitido a qualquer cidadão abrir uma empresa de crédito em âmbito municipal, ampliando a agiotagem e a desproteção dos cidadãos.⁶ Nesse processo, pode-se favorecer a formalização e a legalização da usura, extremamente ligadas ao processo de ampliação do crime organizado, que assim aparece cada vez mais protegido na legislação.

Nesse contexto, as mulheres, como responsáveis pela reprodução da vida, se veem particularmente afetadas no seu cotidiano pelas práticas diárias do agir do neoliberalismo.

O sistema financeiro tem encontrado um nicho muito rentável no endividamento popular... o endividamento dos setores populares com o objetivo de suprir a reprodução cotidiana está basicamente nas mãos das mulheres em concordância com os papéis de gênero socialmente designados, e esta é uma situação que merece ser abordada com uma mirada feminista^(SANCHIS, 2019).

Quando hablamos de que la pobreza se encuentra feminizada lo decimos con fundamento y las estadísticas lo sustentan. Las mujeres estamos más desocupadas, somos más pobres y estamos más precarizadas. Tener que dedicar más tiempo al trabajo doméstico y de cuidado no remunerado nos relega a empleos peores pagos y más precarios (ZARACHO; ACOSTA, s.d.).

Num contexto de forte desemprego e de recessão econômica ou de escasso crescimento, como se vive no Brasil notadamente a partir do golpe de Estado (jurídico, legislativo e militar) de 2015, o

⁶ <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1121247691600740352>.

aprofundamento de problemáticas estruturais se agudiza com um correlato pior para mulheres, lésbicas, travestis e transexuais. Nesse contexto, as mulheres, responsáveis em sua maioria pelas tarefas do cuidado doméstico, se veem especialmente empurradas e forçadas ao endividamento para enfrentar a precariedade da vida e as situações cotidianas de carências familiares.

De maneira geral, nossa sociedade tem deixado na mão das mulheres a resolução da reprodução biológica e social da vida e a participação na economia como um assunto de caráter privado. Já desde a economia feminista sabemos que é justamente a mercantilização da esfera do cuidado um elemento central do empobrecimento das populações e de aprofundamento das desigualdades. Agora, essa mercantilização, somada à falta de políticas públicas de cuidado, extrema a precariedade e joga as mulheres no endividamento para garantir a reprodução cotidiana da vida ao nível da subsistência.

É justamente nesse sentido que temos cunhado a ideia da interpenetração das tramas econômico-financeiras das violências que atravessam diariamente os corpos e as vidas das mulheres para dar conta das realidades que tecem permanentemente nas sociedades as violências físicas com a precariedade como forma de vida, e o endividamento como forma de futuro ainda mais precarizado.

À MANEIRA DE CONCLUSÃO

O crédito tem se transformado em um meio de subsistência que conduz manipuladora e confusamente as pessoas para o complexo sistema da dívida no coração do capitalismo moderno, que precisa ampliar de forma permanente o consumo (e o consumismo, aspecto também essencial que não abordamos aqui).

“Se você é pobre, é provável que seja forçado a se envolver com o sistema de financiamento da dívida, e, quanto mais recursos você precisar, mais endividado ficará” (COMMON NOTIONS; PM PRESS; AUTONOMEDIA, 2014). O combate ao sistema financeiro e suas formas de ampliar a exploração das pessoas e da natureza serão com certeza um dos elementos marcantes para enfrentar a crise sistêmica do capitalismo, de maneira que entender seu funcionamento e seu *modus operandi* torna-se fundamental para as batalhas que teremos pela frente para que a vida com dignidade possa continuar a brotar.

REFERÊNCIAS

- A força do cartão de crédito no Brasil. *Cliente S.A.*, 7 ago. 2019, Disponível em: <https://www.clientesa.com.br/estatisticas/69061/a-forca-do-cartao-de-credito-no-brasil>.
- AGUIAR, Diana. A historia se repete como farsa. In: PINTO, João Roberto Lopes (org.). *Ambientalização dos bancos e financeirização da natureza: um debate sobre a política ambiental do BNDES e a responsabilização das Instituições Financeiras*. [S. l.]: Rede Brasil, 2012.
- ANBIMA – Associação Brasileira das entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. *O G20 e a Reforma da Regulação Financeira*. Rio de Janeiro: Anbima, 2011.
- COCCO, Giuseppe. *Uma crise sistêmica do capitalismo flexível, globalizado e financeirizado*. [S. l.]: Unisinos, maio 2009.
- COMMON NOTIONS; PM PRESS; AUTONOMEDIA. *The Debt Resisters: Operations Manual*. A Project of Strike Debt. New York: Common Notions, 2014.
- DOWBOR, Ladislau. *A era do capital Improdutivo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- DOWBOR, Ladislau. *A economia desgovernada: novos paradigmas*. [S. l.]: Unisinos, out. 2019.
- FIORI, José Luís. *Debate “Geopolítica internacional: a nova estratégia americana”*. Rio de Janeiro: ENSP, Fiocruz, abril 2019.
- GAGO, Verônica; CAVALLERO, Lucia. *Una lectura feminista de la deuda. ¡Vivas, libres y desendeudadas nos queremos!* Buenos Aires: Fundación Rosa Luxemburgo, 2019.
- REBRIP. *G20 Novo Cenário para a política externa do Brasil*. Rio de Janeiro: Equit Rebrip, 2012.
- RODRIGUEZ, G. *O G20, um novo formato para a governança global?*. In: *EQUIT*, 2013.
- TEIXEIRA, Lucas Borges. *Compras com cartões aumentam 14,5% e atingem R\$ 1,55 trilhão em 2018*. UOL, Economia, São Paulo, 26 mar. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/03/26/balanco-mercado-de-cartoes-meios-de-pagamentos-2018.htm?cmpid=copiaecola>.
- SANCHIS, Norma (org.). *Mujeres ante la crisis: Endeudarse para vivir*. Buenos Aires: Red de Género e Comercio, 2019.
- ZARACHO, Natalia; ACOSTA, Ana. *Pobreza Feminizada*. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/210267-como-impacta-la-crisis-en-las-mujeres>

EXTRATIVISMO FINANCEIRO

A dívida como uma ofensiva do capital contra os setores subalternos

Luci Cavallero

Verónica Gago

A DÍVIDA COMO PARADIGMA DE EXPLORAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Neste capítulo, propomos algumas referências para traçar coordenadas-chave que definem a dívida como um mecanismo de exploração específico deste tempo.

A dívida foi conceitualizada como um mecanismo de sujeição e servidão, estruturando a relação devedor-credor como constitutiva do capitalismo. Friedrich Nietzsche vincula justamente a “genealogia da moral” (1887) ao mecanismo da dívida infinita, impagável, e sua tradução cristã em termos de culpa. Maurizio Lazzarato (2013, 2015) retomou Nietzsche para argumentar de que maneira a dinâmica do trabalhador deixou espaço para a “fábrica do homem endividado”, para explicar como a dívida impõe um “trabalho sobre si” que a vincula diretamente a uma “moral” devedora. Estamos sempre em dívida com algo e alguém. Quer dizer: assumimos responsabilidade e culpa pelas conquistas e fracassos; em suma, pela capacidade empreendedora de cada um como forma de individualizar o risco e pensar na própria vida como empresa.

Silvia Federici (2012) provê elementos centrais para traçar uma genealogia política da dívida: destaca a fragmentação da relação de classe que a dívida produz e seu papel no momento de dismantelar o salário como um acumulado das lutas que o constituíram e a financeirização dos serviços que estavam a cargo do Estado: da saúde à educação. A conexão que a autora realiza entre esses problemas e a exploração dos recursos comuns e do trabalho reprodutivo das mulheres é fundamental para remarcar o que uma perspectiva feminista permite compreender, tanto em termos epistêmicos quanto políticos.

David Graeber (2014) historiciza a economia a partir da instituição da dívida (pública e privada), em particular a partir de seu funcionamento como mecanismo de subordinação dos países do terceiro mundo e como regime de governança global.

Saskia Sassen (2015) conceituou as finanças – da dívida aos derivados financeiros compostos, por exemplo, por hipotecas – como mecanismo predileto das “expulsões” do capitalismo contemporâneo. As finanças atuais trabalham, argumenta, titularizando – quer dizer: *invadindo* – setores, espaços e tarefas não financeiras para realocá-las em circuitos financeiros.

Wendy Brown, em seu livro *Undoing the demos. Neoliberalism's Stealth Revolution* (2015), dedica importantes páginas à dívida no sistema universitário norte-americano para explicar uma hipótese mais geral: a relação entre dívida e neoliberalismo. Detalhando o modo como o capital financeiro busca financeirizar tudo, ela assinala a importância da dívida e seus derivados no momento de “transformar a racionalidade neoliberal em si mesma: sua formulação de mercados, sujeitos e ação racional”.

Frédéric Lordon (2015) estuda a mobilização afetiva que o capital contemporâneo requer, no qual a exploração do desejo e da recompensa via consumo ativa as fórmulas financeiras aliada ao estímulo do *marketing*.

Keenga-Yamahtta Taylor (2017) ilumina a dimensão racista das execuções de lares hipotecados (com hipotecas *subprime*) durante a crise financeira de 2008, na qual mais de 240 mil afro-americanxs perderam suas casas, reforçando o processo de gentrificação nas principais cidades dos EUA. Para ela, o processo de criminalização e perseguição policial da população negra se encaixa com um endividamento através de multas, contravenções e ordens de prisão que completam o circuito de múltiplas violências.

Cédric Durand (2018) explica como as finanças se apropriam da temporalidade futura, trabalhando a partir da despossessão e do parasitismo sobre recursos comuns, tornando as finanças “soberanas” graças às políticas de austeridade e ao modo de aproveitar uma arquitetura jurídica que lhes dá uma estabilidade que por si só não possuem.

George Caffentzis (2018) vincula as micro às macrodívidas e detalha as diferenças entre o salário e a dívida como modos temporais divergentes da exploração.

Em geral, essas perspectivas têm em seu horizonte de problematização a crise financeira global de 2008. E a pergunta que traçam é aquela acerca da capacidade do neoliberalismo para dobrar suas políticas de austeridade e ajuste a partir da mesma crise. Quer dizer: de que maneira o neoliberalismo consegue *governar a crise através do endividamento público e privado*. Cada uma dessas abordagens ressalta aspectos-chave para situar a dívida como dispositivo de exploração no momento atual de acumulação em termos de mercados em escala global.

Com relação à região latino-americana, várias análises são possíveis. Na Argentina, pesquisou-se de que maneira as finanças aterrisam nas economias populares e, em particular, como o endividamento foi costurado a partir dos subsídios sociais, de modo tal que “pulam” a dependência do salário para produzir “devedorxs” (GAGO; ROIG 2019), em paralelo a uma feminização do trabalho (GAGO, 2017). Na Bolívia, uma pesquisa pioneira, de Graciela Toro (2010), analisa a expansão dos microcréditos especialmente desenvolvidos para mulheres, os chamados créditos solidários, e impugnados por um poderoso movimento social de devedoras.

Nina Madsen (2013), questionando o discurso da formação de uma “nova classe média” durante os governos progressistas no Brasil, afirma que o acesso a maiores níveis de consumo de uma porção importante da população sustentou-se através do endividamento massivo dos lares e da sobre-exploração do trabalho não remunerado das mulheres.

César Giraldo (2017) analisa o desmantelamento da política social na Colômbia e as novas formas financeiras, em particular de empréstimo, para xs trabalhadorxs da economia popular.

As pesquisas de Magdalena Villareal (2004) no México também são uma referência para pensar como as finanças cotidianas organizam a reprodução social das classes populares e, em particular, o papel das mulheres nessas redes e formas econômicas.

O caso do Chile é talvez o mais grave da região (OSSANDÓN, 2012). Segundo dados de 2018, os lares têm 70% de sua renda comprometidos com dívidas, num auge histórico devido ao declive de fontes de renda, paralelamente ao maior endividamento bancário.

EXPANSÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NOS SETORES POPULARES

Como foi assinalado, para caracterizar as formas atuais de endividamento popular, é necessário situá-las num processo que é simultaneamente nacional, regional e transnacional. Seu crescimento e suas modalidades específicas se vinculam de maneira orgânica às dinâmicas generalizadas de precarização laboral, desemprego e políticas de privatização neoliberais, por um lado. Por outro, conecta-se de modo direto com a hegemonia financeira das atuais formas de valorização do capital. Evidentemente, ambas são realidades conectadas.

Na Argentina, onde viemos fazendo estudos profundos há um ano, as formas de endividamento devem ser situadas em relação ao processo de como, na última década e meia, os subsídios estatais

(subsídios ao desemprego, às cooperativas, às pensões por filhxs, aposentadorias) foram se articulando à bancarização compulsiva e individualizante. Isso significa que os benefícios sociais passaram a ser a mediação bancária e individual, que deslocou outras modalidades de distribuição de recursos, sendo uma chave para a “inclusão financeira” de populações “assistidas”. Esse processo impactou também as formas de organização política e de gestão coletiva desses recursos, que foram um ponto central de crescimento dos movimentos sociais, especialmente aqueles que se massificaram com as crises política, econômica e social de 2001. Os movimentos passaram a gerenciar esses fluxos de dinheiro que eram designados a cada organização (ou unidade executora, por exemplo, as cooperativas ou empreendimentos) e ter que coletar esses recursos depois de uma individualização do seu recebimento através de cartões de débito ou de abertura de contas de poupança. Esse processo de bancarização compulsiva e individualizante é fundamental para entender o modo como os subsídios serão convertidos em garantia e via de acesso aos créditos, mas também da expansão financeira até os setores populares através da linguagem da “inclusão” (GAGO, 2015).

Isso se dá num contexto de crise do trabalho assalariado, de índices históricos de desemprego, portanto, quando o salário deixa de ser a garantia privilegiada do endividamento para ser substituído pelo subsídio, que passa a funcionar como garantia estatal para o pedido de crédito de populações majoritariamente não assalariadas. Assim, a mediação financeira toma como dispositivo predileto o endividamento massivo, que se veicula através dos mesmos subsídios sociais que o Estado entrega aos chamados “setores vulneráveis” (GAGO, 2015).

O destino principal do endividamento, em princípio, dedicou-se ao consumo de bens não duráveis e baratos: eletrodomésticos, vestimenta e motos, como itens principais que surgem dos levantamentos. Por sua vez, o endividamento acompanha um progressivo contexto de “recuperação econômica” com relação aos índices de crise do princípio do século. Assim, foram inauguradas formas de “cidadania por consumo”: uma reformulação dessa instituição, não mais ligada ao acoplamento de direitos em relação ao trabalho assalariado, mas à “inclusão bancária”.

Com isso, produz-se uma realidade bastante singular: a capacidade de aumento de consumo desacoplada de um trabalho estável e a proliferação de dispositivos financeiros especialmente dirigidos aos supostos “excluídos” do sistema.

DA INCLUSÃO À EXPLORAÇÃO FINANCEIRA

O que as finanças, através do dispositivo da dívida, leem e tentam capturar é a dinâmica de sujeitos ligados à estruturação de novas formas de trabalho, empreendedoras, autogeridas, que surgem nos setores populares e empobrecidos paralelamente à sua condenação como populações sobrantes ou excedentes. Assim, as finanças aterrissam nos territórios subalternos, desconhecendo as categorias políticas que falam de excluídos, marginais ou populações supérfluas para, dessa forma, categorizar e “incluir” aqueles que ficam de fora do mundo assalariado e do mercado “formal”.

As finanças *reconhecem e exploram* uma trama produtiva não assalariada, em cujo interior as formas de contratação são variadas e incluem o salário informal e os subsídios estatais. O Estado é chave na construção de uma arquitetura de obrigação institucional: impondo a bancarização obrigatória, vendendo-a como “inclusão financeira” e, finalmente, funcionando de garantia para o endividamento massivo nas mãos dos bancos e das organizações “não financeiras” que os mesmos fabricam para tratar com os setores populares.

Esse processo foi central para aquilo que caracterizamos como *exploração financeira da população “assistida”* (GAGO, 2014; GAGO; ROIG, 2019): um diferencial nas taxas de juros que se aplicam a esses setores, logo que são caracterizados como “de risco”.

O fenômeno que tem dimensões regionais é este: toda uma parcela específica da população, que se caracteriza por ser migrante, informal, produtiva e descapitalizada, torna-se refém do endividamento, que, por sua vez, também funciona como impulso da ampliação de sua capacidade de consumo. A relação entre inclusão, dinheiro e bairros periféricos promove uma retórica oposta à austeridade e consegue unificar inclusão e subordinados a dispositivos financeiros.

O que fica claro é que essas economias, antes visualizadas como insignificantes e meramente subsidiárias, se converteram em territórios dinâmicos e atraentes para o capital, expandindo as fronteiras de sua valorização e criando novos consumidores, indiferente à garantia de um salário. A dívida torna-se, assim, um dispositivo cada vez mais atado a novas formas laborais, em sua maioria, já não assalariadas em seu sentido tradicional (o que não exclui que o salário funcione de maneira complementar e intermitente). Não se pode falar de uma passagem linear do salário à dívida como dispositivo de reconfiguração das relações assalariadas e de captura de valor do trabalho por fora do salário.

RELAÇÃO ENTRE ENVIDAMENTO E PRECARIZAÇÃO

A relação entre endividamento e precarização tem uma *dupla temporalidade*. Por um lado, não há expansão do endividamento sem uma *prévia* precarização do trabalho, desemprego generalizado e privação de infraestrutura pública. Desse modo, a precarização funciona como condição antecedente necessária à introdução massiva da dívida como complemento e/ou substituição da renda salarial e da provisão de serviços públicos.

Por outro lado, a dívida funciona produzindo e intensificando a precarização laboral e existencial *futura*, como condição *porvir*. Isso se deve a que a dívida funciona estruturando uma compulsão por aceitar qualquer tipo de trabalho para poder pagar a futura obrigação. Nesse sentido, dinamiza a precarização desde “dentro”. A dívida movimenta a exploração da criatividade a qualquer preço: não importa em que se trabalhe, o que importa é pagar a dívida.

A dinâmica precária, informal e inclusive ilegal dos empregos (ou formas de obter renda) se revela cada vez mais descontínua, enquanto a dívida funciona como um *continuum* estável que explora essa multiplicidade. Nessa defasagem temporal também há um aproveitamento: a dívida torna-se mecanismo de coação para aceitar qualquer condição de emprego, devido à obrigação financeira acabar “comandando” o trabalho no tempo presente.

A dívida, então, *veicula uma difusão molecular dessa obrigação* que, apesar de existir no futuro, condiciona o aqui e agora, sobre o qual imprime maior velocidade e violência. A dívida funciona e se derama nos territórios como um mecanismo compulsivo para o submetimento à precarização (condições, tempos e violências do emprego), reforçada moralmente como economia da obediência.

Com distintas modalidades, podemos detectar de que maneira se deram esses processos em distintos países da América Latina, vinculados às formas de intervenção estatal promovidas pelos governos “progressistas”, mas também por outros que não cabem nesta caracterização. Por isso mesmo, ainda que com diferenças notáveis, a dimensão da exploração financeira torna-se um eixo transversal para pensar as mutações do emprego, do consumo e das políticas estatais e financeiras da região.

ENCADEAMENTO DAS DÍVIDAS E MULTIPLICAÇÃO DA OFERTA DE EMPRÉSTIMOS

Paralelamente ao processo de bancarização compulsiva dos subsídios sociais e à ampliação do consumo por meio do endividamento, as entidades que oferecem créditos se multiplicaram.

Por um lado, a oferta de créditos para o consumo dos bancos utilizando o subsídio como garantia para o endividamento garantiu o desconto imediato do crédito, assegurando índices baixíssimos de mora. Paralelamente, começou a expandir-se uma rede de entidades não bancárias financeiras, localizadas nos bairros, que oferecem empréstimos somente com uma assinatura com taxas de juro muito elevadas. Localizadas em lugares estratégicos para o fácil acesso de setores populares, como estações de trem e pontos das periferias urbanas, essas redes de crédito se multiplicaram. É importante destacar que essas casas de créditos são, em muitos casos, propriedades dos mesmos bancos, com os quais compartilham inclusive suas autoridades, mas que se desdobram para surgir com instrumentos financeiros específicos à expansão do crédito.

Além dessas financiadoras, também proliferaram ofertas de financiamento via cartões de crédito emitidos por comércios e cadeias de supermercados, também com taxas de juros altíssimas e requisitos mínimos. Em menor medida, também cresceu a oferta de créditos por parte das associações mútuas e cooperativas de crédito.

Há em seguida mais um componente, que tem a ver com os agiotas informais, que muitas vezes gerem fluxos de dinheiro provenientes de economias ilegais, o que lhes dá uma crescente capacidade de dinheiro em espécie.

É um ponto notável o *encadeamento* e a *superposição* das diversas modalidades de endividamento. Por um lado, trata-se de priorizar o pagamento das dívidas “formais”, já que o seu descumprimento acarreta em ficar registrado em plataformas de “inabilitação” financeira (como o Veraz na Argentina ou a Serasa no Brasil), que se converte em um impedimento a novos créditos. Para tentar estar em dia com esse tipo de dívidas, muitas vezes se recorre a outro patamar de endividamento: o informal, que compreende uma variada rede de formas usurárias. Esta se caracteriza por duas coisas: taxas de juro ainda mais altas e formas de violência ainda mais fortes frente à inadimplência no pagamento.

Assim, uma dívida se paga com mais dívida. Desse modo, conformam-se verdadeiras “redes” de dívida, que vão se refinanciando entre si, habilitando níveis diversos de juros, formas de ameaça por descumprimento e distintos cronogramas de vencimento.

Nos últimos tempos, frente ao aumento da crise econômica, vemos dois fenômenos. Em primeiro lugar, uma política governamental que aposta na expansão dos créditos via subsídios. Frente ao aumento dos índices de pobreza que se revelaram na Argentina, a medida do governo foi propor mais endividamento doméstico, marcando um recorde de solicitudes assim que a medida foi anunciada. Em segundo lugar, um aumento das fontes ilegais de financiamento, especialmente vinculadas ao narcotráfico, que se constata nos bairros populares, como via de acesso ao crédito rápido.

ARTICULAÇÃO CRESCENTE ENTRE ENVIDAMENTO E ECONOMIAS ILEGAIS

A articulação entre *endividamento e economias ilegais* é uma dimensão-chave do dinamismo pelo qual as finanças populares enveredaram, especialmente pela capacidade das economias ilegais de oferecer dinheiro em espécie rapidamente e de comandar múltiplos negócios que têm o empréstimo como uma de suas arestas. As crises aceleram essa articulação.

A análise de César Giraldo (2017), que referimos para falar da Colômbia, explicita a articulação crescente entre *endividamento e economias ilegais* ao argumentar que o crédito se converte em uma forma de *controle territorial e de extração de rendas* por grupos criminais.

A coerência do sistema depende de que as dívidas sejam saldadas, e quando um indivíduo não pode quitar sua dívida, o mecanismo que se utiliza é forçar o pagamento mediante a violência física, que inclui o assassinato, Ainda mais quando os geradores do crédito são atores que tiveram práticas violentas. (GIRALDO, 2017).

A dinâmica de “extrativismo financeiro” (CAVALLERO; GAGO, 2019b) permite amarrar diversas economias e colocá-las sob o poder das finanças em sua modalidade extrativa segundo a dupla temporalidade que comentamos acima. Por sua vez, converte-se em um mecanismo específico de conexão entre economias legais e ilegais, dando impulso a uma constante expansão das fronteiras de valorização do capital, sob uma lógica crescente de colonização de atividades, recursos e espaços. Desse modo, é parte de um “extrativismo ampliado” (GAGO; MEZZADRA, 2017) que conecta a própria lógica da extração com matérias-primas, com infraestruturas logísticas e com dispositivos financeiros, ampliando também as formas contemporâneas de exploração do trabalho.

ARTICULAÇÃO CRESCENTE ENTRE ENVIDAMENTO E TRABALHO REPRODUTIVO

Entender de que maneira a dívida extrai valor das economias domésticas, das economias não assalariadas, das economias consideradas historicamente não produtivas, permite captar os dispositivos financeiros como *verdadeiros mecanismos de colonização da reprodução da vida*. A articulação entre endividamento e trabalho reprodutivo nos permite também enfocar outra hipótese: como a violência

machista se faz ainda mais forte com a feminização da pobreza e a falta de autonomia econômica que o endividamento implica.

É fundamental ressaltar o *caráter feminizado das economias populares, que são, hoje, objeto predileto de endividamento*. O feminizado tem uma dupla acepção. Por um lado, *quantitativa*: pela majoritária presença de mulheres no papel de “chefas de lar”, quer dizer, principal pilar de sustentação familiar (em famílias que são famílias ampliadas, articuladas com outras e também implodidas). Por outro, *qualitativa*: em relação ao tipo de tarefas realizadas e que também têm a ver, em termos majoritários, com labores de cuidados comunitários, de provisão de alimentos, de segurança e de limpeza do bairro, e de modo lato, de produção de infraestrutura de serviços básicos para a reprodução da vida.

Uma leitura feminista do problema financeiro, tal como vimos propondo (CAVALLERO; GAGO, 2019), confronta a dinâmica abstrata das finanças em sua relação com a vida cotidiana, com as formas da violência nos lares e nos diversos territórios e com as modalidades atuais de exploração do trabalho.

Parece-nos fundamental para a pesquisa do endividamento detectar como a diferença de gêneros opera de modos bem distintos em relação aos seguintes pontos:

- 1) Um modo particular de moralização dirigida às mulheres e aos corpos feminizados;
- 2) Um *diferencial de exploração* pelas relações de subordinação implicadas;
- 3) Uma relação específica da dívida com as tarefas de reprodução;
- 4) Um impacto singular também com respeito às violências machistas com que a dívida se articula;
- 5) Variações fundamentais sobre os possíveis “futuramentos” que a obrigação financeira envolve no caso dos corpos feminizados.

Cada um desses pontos são linhas de análise para entender a especificidade da extração de valor por meio da dívida dirigida especialmente a mulheres e corpos feminizados. Por isso, não é casual que uma das principais propostas do endividamento esteja voltada para as mulheres e trate de propor sua “inclusão financeira” sob a proposta de converter as chefas de lar, as trabalhadoras precarizadas e as desempregadas em “empresárias de si mesmas” graças à sua conversão em sujeitas de crédito, e assim endividando-as (ainda mais!). Aqui, vemos como as formas de “exploração financeira” pretendem ser encobertas com a ideia de “inclusão financeira”, especialmente dirigida às mulheres entendidas como empreendedoras “naturais”.

DÍVIDA, CRISE E VIOLÊNCIA

Hoje vemos como as finanças aterrissadas nos territórios construíram uma rede capilar capaz de, por um lado, prover financiamento privado e caríssimo para resolver problemas da vida cotidiana, derivados do ajuste e da inflação; e, por outro, estruturar a temporalidade de uma futura obediência, culpabilizando e individualizando a responsabilidade de uns despojos que esvaziaram os territórios de infraestrutura (da saúde aos serviços de água, passando pela provisão de alimentos). Hoje, o endividamento generalizado *amortiza a crise*. Faz com que cada um enfrente o aumento de tarifas de maneira individual e ocupe seu tempo trabalhando cada vez mais por menos dinheiro. Hoje, o próprio fato de viver “produz” dívida.

Assim, vemos que as dívidas são um modo de *gestão da crise*: nada explode, mas tudo implode. Para dentro das famílias, nos lares, nos trabalhos, nos bairros, a obrigação financeira faz com que os vínculos se tornem mais frágeis e precários ao estarem submetidos à pressão permanente da dívida. A estrutura do endividamento massivo que leva mais de uma década é o que nos dá pistas da atual forma que a crise toma: como responsabilidade individual, como aumento das violências chamadas “domésticas”, como maior precarização das existências.

À crise que cresce no ritmo da inflação, do ajuste imposto pelas demissões massivas e dos recortes de política pública, agrega-se à bancarização dos alimentos: através dos cartões de alimentação que são aceitos somente em certos estabelecimentos e que hoje estão se tornando inviáveis pela “falta” de preços devido à especulação de alguns supermercados.

O endividamento, podemos dizer usando uma imagem de Caffentzis (2018), gere a “paciência” dxs trabalhadorxs, das donas de casa, dxs studentxs, dxs migrantes etc. A pergunta pela paciência é a seguinte: das condições de violência que o capital precisa hoje para se reproduzir e valorizar, quanto é possível suportar? A dimensão subjetiva que marca os limites do capital é um ponto-chave do endividamento massivo, e é a partir daí que uma perspectiva feminista sobre as finanças devém cada vez mais estratégica.

ANEXO. GUIA DE PERGUNTAS SUGERIDAS PARA GRUPOS FOCAIS

1) Objetivo: detalhar o que compõe hoje um salário

- a) Caracterizar situação de trabalho passada e presente (em que trabalha, há quanto tempo, quantas horas, em quais condições);
- b) Composição de unidade doméstica, papel e tarefas que cumpre nela;
- c) Detalhar outras fontes de renda pessoais e familiares: trocas, bolsas etc. (de onde, com que frequência, quantas horas dedica a isso).

2) Objetivo: detectar e caracterizar os tipos de dívida

- a) Condição de endividamento: por salário, por bolsa, só com assinatura, cartão de crédito etc.;
- b) Circuitos da dívida: lugares de oferecimentos, instituição que outorga;
- c) Características da dívida: quantidade de parcelas, montante, prazos, juros, cláusulas etc.;
- d) Destino da dívida: a que se destina o endividamento (compras de eletrodomésticos, alimentos, medicamentos, pagamento de serviços, refinanciar outras dívidas, emergências, empreendimentos, garantias de aluguel, hipotecas etc.).

3) Objetivo: impactos da dívida

- a) Em termos de usos do tempo: extensão das horas de trabalho dedicadas ao pagamento, abandono de tarefas não remuneradas etc.;
- b) Em relação à autonomia econômica: endividar-se permite e obstrui o quê, formas de “empreendedorismo” popular e impulsadas a partir das instituições;
- c) Conexão com as violências machistas: o que a dívida permite e o que obstaculiza em relação a situações de violência.

4) Objetivo: dimensão feminizada da dívida

- a) Especificar se se trata de créditos e empréstimos especialmente dirigidos a mulheres;
- b) Indagar sobre estratégias “entre mulheres” referidas ao empréstimo;
- c) Detectar as condições especiais atribuídas ao empréstimo destinado a mulheres e “figuras” de inter-relação: mães, donas de casa ou chefas de família, empreendedoras, microempresárias, cooperativistas etc.

5) Objetivo: rastrear as táticas de desendividamento

- a) Caracterizar se há formas de desendividamento: como, com quais recursos, quais redes, organizações políticas;
- b) Eficácia do desendividamento: É possível desativar a dívida? São soluções parciais e temporárias? São parte de experimentos de organização coletiva?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BROWN, Wendy. *Undoing the demos. Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone Books, 2015.
- CAFFENTZIS, George. *Los límites del capital*. Deuda, moneda y lucha de clase. Buenos Aires: Tinta Limón y Fundación Rosa Luxemburgo, 2018.
- CAVALLERO, Luci; GAGO, Verónica. *Una lectura feminista de la deuda*. ¡Vivas, libres y desendeudadas nos queremos!. Buenos Aires: Fundación Rosa Luxemburgo, 2019a.
- CAVALLERO, Luci; GAGO, Verónica. 10 tesi sull'economia femminista. O sull'antagonismo tra sciopero e finanze. In: GIARDINI, Federica (comp.). *La natura de la economia*. Roma: Università Roma Tre, 2019b.
- DURAND, Cédric. *El capital ficticio*. Barcelona: NED y Futuro Anterior, 2018.
- FEDERICI, Silvia. *From Commoning to Debt: Microcredit, Student Debt and the Disinvestment in Reproduction*. London: [S. n.], 2012. Áudio.
- GAGO, Verónica. *La razón neoliberal*. Economías barrocas y pragmática popular. Buenos Aires: Tinta Limón, 2014.
- GAGO, Verónica. Financialization of popular life and the extractive operations of capital: a perspective from Argentina. *South Atlantic Quarterly*, Duke University Press, v. 114, n. 1, p. 11-28, 1 jan. 2015.
- GAGO, Verónica. ¿Hay una guerra en el cuerpo de las mujeres? Finanzas, territorios y violencia. In: JOURNÉE D'ÉTUDES "ÉPISTÉMOLOGIES CROISÉES DE LA CRITIQUE DE L'ÉCONOMIE". Publicado em *Contretemps*: "Y a-t-il une guerre 'dans' le corps des femmes? Finance, territoires et violence". Paris: Université Paris 7, 2017. Trad. Julie Alfonsie.
- GAGO, Verónica; ROIG, Alexandre. Las finanzas y las cosas. In: CHENA, Pablo I.; BISCAY, Pedro M.

- (coord..). *El imperio de las finanzas. Deuda y desigualdad*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2019.
- GAGO, Verónica; MEZZADRA, Sandro. A Critique of the extractive operations of capital: toward an expanded concept of extractivism. *Rethinking Marxism*, v. 29, n. 4, p. 574-591, 2017.
- GIRALDO, César (comp.). *Economía popular desde abajo*. Bogotá: Desde Abajo, 2017.
- LAZZARATO, Maurizio. *La fábrica del hombre endeudado*. Buenos Aires: Amorrortu, 2013.
- LAZZARATO, Maurizio. *Gobernar a través de la deuda*. Buenos Aires: Amorrortu, 2015.
- MADSEN, Nina. Entre a dupla jornada e a discriminação contínua. Um olhar feminista sobre o discurso da “nova classe média. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- OSSANDÓN, José (ed.). “Destapando la caja negra: sociología de los créditos de consumo en Chile”. Santiago: Instituto de Investigación en Ciencias Sociales, ICSO, Universidad Diego Portales, 2012.
- TAYLOR, Keenga-Yamahtta. *De #Black LivesMatter a la liberación negra*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2017.
- TORO, Graciela. *La pobreza: un gran negocio*. La Paz: Mujeres Creando, 2010.

SOBRE AS BORDAS DO TERRITÓRIO ECONÔMICO, AVANÇA A DÍVIDA

Tatiana Oliveira

Dia oito de janeiro de dois mil e dezenove. Era um dia normal. Eu havia acabado de chegar do feriado de ano-novo. Fazia minha agenda para o semestre. Tinha muitas expectativas. Estava feliz. Como de costume, meu celular estava desligado. É sempre assim enquanto trabalho. Por volta de uma hora da tarde, no meu intervalo de almoço, percebi ligações insistentes de um número desconhecido. Eram muitas ligações. Dentre elas, vi também o número do meu irmão. Ele nunca me liga. Alguma coisa teria acontecido. Decidi ligar de volta. Do outro lado da linha, Carlos, amigo da minha mãe, dizia que ela havia passado mal no trabalho e se encontrava no hospital. Peguei minhas coisas, saí de casa, corri para encontrá-los. Peguei um táxi, cortei a cidade. No caminho, não conseguia deixar de pensar que havia muito pouco tempo minha avó falecera uma morte horrível. Essa dor, ainda latente, me levou ao desespero. Passaria por um novo luto? Não podia chorar. Queria chegar inteira para ver a minha mãe. Engoli seco. Cheguei. Algum tempo depois, um jovem médico se aproxima para informar que ela sofrera um acidente encefálico hemorrágico. Desde essa notícia, já quase oito meses se passaram. Dois meses de coma. Seis meses de uma longa reabilitação (até agora, mas que continua). Minha mãe, ainda viva, segue se recuperando. Mas isto não é sobre mim ou sobre a minha mãe. Esta é a história sobre como me encontrei com a dívida. É para falar sobre como alguém que estuda dívida se deparou com esses desafios no cotidiano. É para dizer das vidas de um sem-número de pessoas cuja vida está sob a mira da dívida. Ou melhor: Este é um relato sobre como a dívida descobriu, nas bordas do território econômico, um nicho para a extração financeira.

A MORAL DA DÍVIDA

Pouca coisa parecia intolerável à minha avó, uma mulher muito sábia e humilde cujo destino de pobreza nem minha mãe, nem eu, conseguimos desviar. Nesse campo do intolerável, eu destacaria a ausência

de boa parte dos seus dez filhos, sujeira e dívida. Porque, dizia minha avó, uma pessoa pobre deve ser caprichosa e proteger o seu nome. Um nome que, de partida, não vale muita coisa, afinal, não aparece nos livros escolares nem nos altos círculos da política ou do mercado, e, por isso, se dilui, anônimo, na multidão. Mas, nesse caso, repare, o anonimato é uma proteção. É esse anonimato, o “nada consta”, que afasta o pobre, a pobre, da acusação prévia que duvida da sua honestidade. De certa maneira, o autocuidado e o “respeito aos acordos”, isto é, aos “contratos”, constituem uma estratégia de sobrevivência contra a frágil circunstância de um estar sob permanente suspeição. É assim que a dívida conduz uma disciplina moral e modula a obediência no “corpo estranho”, “marginal”, enquanto extrai dele a potência vital que se transforma em lucro. A dívida incorpora traços da subjetividade cristã, como a valorização da redenção pelo trabalho e a culpa. Ela opera formas variadas de subjetivação da culpa. Não à toa, a dívida é muitas vezes vivida na solidão. Como a culpa, ela convoca a vergonha, o autoflagelo, um sentido de punição. Daí que ela nunca chegue a aparecer como um problema público, comum, encerrando-se no íntimo, ou, na melhor das situações, sob a domesticidade do lar. A seguir vou falar da dívida que contraí, da dívida que nos afeta a todos e por que isso acontece.

O ENREDAMENTO DA DÍVIDA

Já batia quase três horas da manhã, minha mãe saiu da sala onde realizou a primeira das operações necessárias à sua sobrevivência. Seis horas haviam se passado. Ao final de tudo, uma anestesista gentil aparece para confortar a família. Nos diz que está tudo bem e que voltemos para casa. Durante o procedimento houve uma complicação. Um segundo aneurisma se rompeu, levando à segunda hemorragia encefálica. Diante disso, “a descansar!”, argumentava, pois a paciente, desacordada, precisaria de nós, fortes, para acompanhar o quadro grave que se desenhava. No dia seguinte, uma ligação do setor de hemodinâmica do hospital convocava a responsável pela paciente do leito 365 do CTI Anexo a uma reunião com a administradora financeira de uma empresa terceirizada que atua no hospital, por sua vez, parte de um conglomerado internacional. Sem saber, havíamos dormido sobre uma conta de quase cinco mil reais. No Brasil, os anestesistas não são consorciados dos planos de saúde. Qualquer custo nesse sentido deve ser pago ou, ao menos, adiantado pela família do paciente. Não é incomum que planos de saúde reembolsem parte deste valor. De toda forma, perde-se algo, justo quando o dinheiro encurta, mesmo que o pagamento da seguradora de saúde esteja em dia.

Como é de imaginar, ao longo de sete meses, contas como esta foram se acumulando. Findos apenas quatro meses de tratamento, três cirurgias e dois exames de imagem depois, a conta da contratação compulsória de cirurgiões auxiliares, anestesistas e instrumentadores havia alcançado cerca de quinze mil reais. Por óbvio, esse valor não representa a totalidade do custo de vida da minha mãe, não inclui, por exemplo, os repasses da seguradora de saúde ao hospital, mas é uma fração expressiva desse valor, que não cessa de multiplicar. O montante desta multiplicação assustadora aponta a ordem de importância do limiar da vida como fonte de lucro. A morte, que entra em cena, horripilante, abre espaço para a chantagem financeira. A doença se torna alvo de uma forma ampliada de extração. Nessa ciranda, ganham os médicos, ganha o hospital, ganha o sistema financeiro e bancário – que oferece o crédito como solução para as rendas que não alcançam a ordem de grandeza do tratamento de pacientes complexos –, ganham advogados – que buscam garantir (ou retirar) direitos –, farmacêuticas e muitos outros... Toda uma rede de capitalizações se apresenta. Uma doença grave afeta a esperança e ameaça a vida de diferentes maneiras.

Há alguns meses, eu já sabia que ficaria desempregada. Perderia uma bolsa de estudos na universidade. A doença da minha mãe e a finalização do meu pós-doutorado sincronizaram-se de forma dramática. Fiquei sem ocupação, sem renda e acabei sua cuidadora em tempo integral, além de representante legal. Já aposentada, apesar de jovem (começara a trabalhar muito cedo), minha mãe teve a licença médica pelo sistema público de seguridade social negado. Após a aposentadoria, que não chega a três mil reais, continuou trabalhando. Recolhia todos os impostos regularmente. Todo mês uma fração do seu salário capturada pelo estado. No entanto, não pôde acumular benefícios sociais, conforme estabelece uma legislação aprovada na década de noventa, quando chegou a primeira onda do neoliberalismo na América Latina. Assim foi que, de uma hora para outra, nossa renda foi reduzida à sua aposentadoria e mais um trocado. O trocado vem do salário do meu irmão, um peão, que trabalha para empresas portuárias no Rio de Janeiro ganhando um pouco acima de um salário mínimo. Ele sai de casa às cinco da manhã para retornar às sete, quando chega às sete. A logística internacional corre num tempo inumano. E meu irmão não passa de uma peça, plenamente substituível, nessa engrenagem. Ironicamente, eu, desempregada, exercia a função de chefe de família, e repetia-lhe incansavelmente: “Por favor, não saia, não perca o seu emprego”. O que me preocupava era que ele tivesse uma saída para se sustentar caso o pior acontecesse. Passei noites sem dormir com medo de que ele perdesse esse salário. Porque, mesmo que insuficiente, uma renda, qualquer renda, ainda permite pensar estratégias. Além de tudo, apesar de um trabalho precário, esta foi a única “oportunidade” que apareceu após três anos

de desemprego. Todo esse tempo em que meu irmão esteve sem trabalho deve-se, em parte, também a uma doença e a uma cirurgia da qual sua vida dependeu.

Não era possível viver com os quase três mil reais da aposentadoria da minha mãe. Eu precisava buscar alternativas, e rápido. Uma das razões para isto é a hipoteca do apartamento onde vivemos. Logo depois do evento que a levou ao hospital, sem saber o estado das suas finanças, deixei de pagar, por descuido, uma parcela da hipoteca. A vida da minha mãe corria perigo, e eu, ainda me adaptando à nova situação, perdida, sem saber o que fazer, não me lembrei das “obrigações da vida”, ou melhor, daquilo que obriga na vida. Nesse caso, da hipoteca, não passou um mês, recebemos, os três (minha mãe, meu irmão e eu), cartas do banco público que nos ofereceu o crédito imobiliário explicando sobre uma possível execução hipotecária caso a quitação do débito não ocorresse no prazo fixado pelo documento. Paralelamente, recebi uma carta do banco onde tenho minha conta corrente pessoal (também público). A comunicação ameaçava congelar meus “bens” (não mais que uma magra poupança) para garantir a dívida (no outro banco). Em suma, além de perder minha mãe, estava (estou) ameaçada de perder minha casa. A boa notícia é que, com o passar dos meses, minha mãe teve uma evolução clínica surpreendente. Após sair do coma, ela aparentava sequelas graves tanto cognitivas quanto motoras. A princípio, não interagia, não olhava no olho, não falava, estava tetraplégica. Nada disso se manteve. No momento em que escrevo esse texto, não obstante uma sequela cognitiva que gera desorientação e perda de memória recente, ela conversa, ri, argumenta e até demonstra vontades. A reabilitação trouxe de volta alguns movimentos de braços e pernas, embora ela não seja autônoma, não fique de pé, não caminhe. Contudo, mesmo essa evolução não pôde ser comemorada como merecia. Um conjunto de novas angústias a acompanha.

Descrito pelos médicos à seguradora de saúde, esse quadro de melhoras se tornou argumento “técnico” para dispensar minha mãe do hospital, transferindo para mim (e para a minha família) todos os custos e responsabilidades pertinentes ao seu cuidado e ao tratamento. É este tipo de individualismo radical que configura a monstruosidade (como diz Verónica Gago) de um cálculo cotidiano que quer ver a vida perseverar. Este é o conflito posto pelo neoliberalismo enquanto uma microfísica do poder que se articula ao aparato de governo de modo a não só impor um modo de vida, mas estabelecer os termos e condições dentro dos quais a existência será ou não possível. O doente, a doença e os atores que são convocados a agir nesta situação formam uma rede que irradia os fluxos de uma extração organizada em torno da vida no seu sentido mais cru. Mas, se, por um lado, há um movimento para desacreditar a recuperação da minha mãe, por outro, há toda uma estratégia construída sobre a expectativa

e a esperança. Se aquele corpo já não sustenta uma vida digna de ser vivida, se ele se tornou imprestável para a exploração, há sempre um novo medicamento, um exame, um tratamento, um profissional capaz de garantir-lhe uma melhor vida, desde que, claro, a família possa pagar por isso. Foi assim que, em relação a este corpo-título de capitalização, tornei-me o último elo da extração. Parte desse modelo de negócio é me manter subordinada à vida que minha mãe agarrou. Todo esse aparato de cura se destina mais a mim do que a ela. Eis, aqui, o giro cristão da dívida, o modo como ela entrelaça a falta de dinheiro, o crédito, o afeto e, por cima de tudo isso, a culpa. No meu caso, por um lado, a culpa do complexo familiar que me impede de desistir, como os médicos fizeram; e, por outro lado, a culpa de não conseguir sustentar financeiramente essa situação, de não conseguir desviar, como disse antes, o curso redivivo da pobreza.

Na etapa atual da doença, o meu problema é a volta para casa. O meu problema é garantir as condições para que essa saída do sistema hospitalar ocorra sem implicar mais dor tanto para mim quanto para a minha mãe. Os médicos me asseguram que a ida para casa será acompanhada de uma assistência domiciliar. No entanto, essa modalidade de tratamento é absolutamente ineficaz. Trata-se de um conluio criminoso entre hospital, seguradora de saúde e uma rede de médicos e empresas prestadoras de serviços credenciados. Nesta modalidade de tratamento, a equipe médica de um hospital emite um laudo sobre a situação presente de um paciente, que, por sua vez, é entregue a empresas contratadas pela seguradora de saúde. Estas fazem a sua própria avaliação. E essa avaliação resulta numa pontuação que determina o escopo dos serviços domiciliares ofertados. Não é comum que essa oferta cubra as reais necessidades dos pacientes, pois, conforme ouvi diversas vezes, é de responsabilidade da família contratar “serviços auxiliares”. Ou, ainda, tal avaliação “não engloba considerações de ordem socioeconômica”, pois não pretende “ajudar” a família, mas “realizar uma investigação objetiva sobre a saúde do paciente” – como eu, de fato, ouvi por parte de uma dessas empresas de *homecare*. Aqui, o discurso da “objetividade” funciona como um dispositivo que desata os nós da solidariedade imaginada pelo discurso republicano, ao mesmo tempo que justifica moralmente essa quebra.

A objetividade é um valor para a sociedade moderna, que investe numa simulação de igualdade, por vezes traduzida pela burocracia como dimensão formal da democracia. Mas, nesse movimento, em que a objetividade atravessa o discurso da medicina e chega ao enquadramento lógico proposto pelas seguradoras de saúde, o jogo jogado é o da reprodução de um nicho de mercado e, no novo cenário de mutação neoliberal, o da atualização dos mecanismos de expropriação. A objetividade, ela mesma parametrizada nos protocolos de atendimento e avaliação, torna muito concreta a intrincada malha de poder

(e sujeição) escamoteada pelo discurso científico aliado à lógica do dinheiro. Como ocorre na relação entre trabalhadores e o sistema financeiro, a noção moderna de objetividade constitui uma zona turva impenetrável para quem não domina o seu discurso, mas se vê refém dos seus códigos porque todos estamos obrigados, de uma forma ou outra, a navegá-los. Essa posição de fragilidade não é necessariamente provocada, ela “apenas” acontece – como a vida ou a doença acontecem – porque a finança como a ciência são aparelhagens que organizam a cultura moderna ocidental, ou seja, a nossa racionalidade – embora não sejam os únicos elementos a fazê-lo. É contra os vetos artificiais interpostos por esses instrumentos que a “cosmopolítica”, na formulação de Isabelle Stengers, atua. A cosmopolítica age como um contrafeitiço que busca na vida mesma a rebeldia que recusa esse tipo de captura da vida, que limita a compreensão da vida e afasta a perspectiva da dignidade ou da solidariedade. Essa mesma política de vetos é acionada por indígenas latino-americanos contra as constantes ameaças aos seus povos. Dizer “não” é um saber ancestral.

Por fim, quero falar dos medicamentos. Os medicamentos são um capítulo especial nisso tudo. Afinal, é da indústria farmacêutica de que falamos. Não é pouca coisa. Com eles, lucra-se de uma variedade de maneiras. Minha mãe, por exemplo, tem uma doença neurológica gravíssima que atingiu o sistema nervoso central. Ela está, por isso, tetraplégica. Ela toma remédios anticonvulsivantes, hipertensivos, anticoagulantes, anestésicos, entre outros. Estes são remédios caros. Só o anticoagulante custa de mil e quinhentos a dois mil reais por mês. A conta total, por mês, apenas em medicamentos, soma três mil reais. Há, contudo, maneiras de se conseguir descontos. Não me refiro apenas à guerra comercial pela propriedade intelectual que anima a disputa entre medicamentos patenteados e genéricos. De modo semelhante às insistentes demandas de cadastramento de números de identificação civil e pessoa física nas farmácias, laboratórios passaram a recomendar o registro junto às próprias farmacêuticas e seus distribuidores. Já sabemos que esses cadastros movimentam uma economia de dados que anima o marketing digital de várias marcas. O que não sabemos é o que se faz com essa massa de informações. Seja como for, não é improvável que desta coleta silenciosa de dados privados resulte, por exemplo, a recusa a uma solicitação de adesão ou mesmo a dispensa de um paciente considerado “de risco” por uma seguradora. De todo modo, os descontos são insuficientes. Mais uma vez, entram, aqui, bancos e financeiras. Novamente, o crédito pessoal é o crime perfeito. Comprar remédios emergenciais reintroduz o problema do meio de troca, do dinheiro ou do crédito (quando falta a moeda). E, hoje, numa conjuntura de crise e transição econômica, a moeda não falta apenas em razão da doença, do preço dos custos de tratamento e acesso a medicamentos, mas pelo desemprego e a queda do poder de compra dos salários.

Suponha-se que, diante de uma emergência da vida, um indivíduo recorra a empréstimos de origem e qualidade distintas para atender a essa demanda por medicamentos: cheque especial, empréstimos com amigos e familiares, empréstimo autorizado previamente na conta corrente, crédito consignado, agiotagem. No longo prazo, a dívida que se forma rola sobre a própria dívida. Se a necessidade de acompanhamento médico e medicamentos não acaba, há ainda outras tantas necessidades para serem atendidas, de modo que as cobranças chegam e os juros acumulam. Então, uma pessoa, com ou sem trabalho, se vê obrigada a pegar novos empréstimos para pagar os anteriores. Outro efeito é aceitar qualquer tipo de trabalho para “ganhar” algum dinheiro ou um dinheiro extra. Tudo passa a girar em torno da dívida. E a dívida se multiplica. Não é incomum que a vida como um todo se desorganize frente à dívida. Assim, à dívida estritamente relacionada, digamos, a uma doença, somam-se dívidas oriundas de outros âmbitos do orçamento doméstico: é a casa, o imposto de renda, as tarifas, a alimentação... Daí que a dívida seja considerada por alguns autores uma técnica de gestão populacional, isto é, de governo. Pois no centro da dívida está o poder de submeter. A produção da dívida como lógica de acumulação e obediência é agiotagem. Trata-se de uma necropolítica que ganha força, como explico a seguir. Como biopolítica, no entanto, a dívida também permite que eu escreva este texto, apresentando-me como uma vítima da dívida e reivindicando um lugar no mundo. Ela me oferece caneta e microfone. É esse tipo de relação entre captura, submissão, agência e oportunidade que o neoliberalismo põe para funcionar.

(BIO)NECROPOLÍTICA DA DÍVIDA

A dívida pode ser compreendida como técnica de sujeição que se relaciona ao poder de extermínio administrado pela economia e governado pelas instituições do estado. A necropolítica é uma ferramenta analítica que permite descrever essa conclusão absurda. Através deste conceito, Achille Mbembe subleva o argumento racial presente na perspectiva foucaultiana sobre os métodos do poder soberano e o seu empenho na regulação da vida e da morte com o objetivo de garantir a reprodução capitalística. Se, por um lado, a biopolítica conduz a vida afirmativamente, neste percurso eliminando os segmentos indesejáveis; a necropolítica se conecta com a invenção da raça como um dispositivo que, ao circunscrever a humanidade, legitima o extermínio do que é considerado exterior, inútil e inferior a essa territorialidade instituída (do humano). Não é coincidência que, justo quando os fluxos que administram

e ordenam o capitalismo passam a incidir de forma mais direta e aberta sobre a morte, se recupere o conceito na tentativa de dar sentido à realidade ao nosso redor. A moralização da dívida funciona como uma trena que redimensiona o perímetro do humano para o encurtar, ao passo que lança novas configurações corpóreas no terreno do inumano expropriável. Mas não é só isso.

Uma parte importante da argumentação de Mbembe passa pela demonstração das distintas maneiras pelas quais, ao longo do tempo, o empreendimento colonial se atualiza na forma da colonialidade, ou seja, o autor sugere pensar a ação do colonial como uma forma da razão que operacionaliza a dominação racial como princípio prático. A escravidão, como regime de servidão, que explora o corpo e aniquila a subjetividade, pode, nesse sentido, emergir como um fio condutor para se contar muitas histórias a partir da experiência concreta de indivíduos e populações. Como disse, outras configurações corpóreas, outros diferentes, vêm sendo lançados ao inumano plenamente expropriável, deparando-se com novos regimes de servidão em permanente mutação. A mesma multiplicação da diferença que possibilita a expansão do campo subjetivo também atua como critério de expropriação. No Brasil, a expressão “corpo estranho” virou bandeira de luta. Embora a racialidade, entendida como a racialização de corpos negros, siga manejando uma afiada lâmina genocida, ela passa a coabitar esse espaço de morte com outros objetos cortantes. O corpo estranho interfere na paisagem como uma brecha, mas já não a ameaça. Torna-se uma imagem de interesse para o neoliberalismo que aprende e aperfeiçoa técnicas de expropriação na proximidade com esses corpos e as reconfiguram para alcançar a sociedade em geral. No encontro entre a (bio)necropolítica e o gênero, o evento racial e a dívida, chama a atenção o modo como o neoliberalismo contemporâneo articulou o uso do corpo e o investimento na subjetividade para reordenar o modo de vida das sociedades e reconfigurar a extração do valor. Se digo que a dívida implica um poder de extermínio e uma relação com a morte é porque o seu efeito é a miserabilidade, o afastamento das condições de possibilidade da vida, o que vem se realizando, entre outras possibilidades, por meio da reconfiguração do mundo do trabalho.

TRABALHO E DÍVIDA

Pensar a interseção entre o trabalho e a dívida sugere, a meu ver, um passo atrás para analisarmos a relação entre trabalho e não-trabalho. Prefiro dizer trabalho-não-trabalho, representando com o hífen as conexões que vinculam um campo semântico ao outro e trazem para esta elaboração um problema

político fundamental. Pois, pensar estas conexões permite outra inteligibilidade da noção corrente de trabalho, abrindo espaço, ao mesmo tempo, a um conjunto de atividades que não identificamos propriamente como trabalho. Em torno a esta dicotomia, que também poderíamos analisar considerando a relação entre trabalho e tempo livre, se desenvolveram tanto os debates feministas contemporâneos quanto algumas perspectivas críticas pelo viés de raça sobre a economia política. O motivo pelo qual o trabalho volta a ser objeto de inquirição do ponto de vista teórico/filosófico diz respeito ao desgaste do entendimento sobre esse conceito e suas consequências. Por isso, a filosofia vai ao auxílio da economia. Fundamentalmente, o deslocamento da economia industrial pelos serviços conjugado ao sistema financeiro alterou os regimes de trabalho conhecidos e reduziu a potência da acepção clássica sobre o trabalho como um elemento central às sociedades modernas, seja no que se refere ao seu efeito sobre o ordenamento social, seja sobre a estrutura da exploração e formação do lucro. Além disso, na medida em que o conceito de trabalho deixa de ter o efeito moral do passado, no sentido de uma prática estruturante das etapas da vida dos indivíduos numa família, ou já não consegue mapear as formas múltiplas do trabalho observadas no cotidiano das grandes cidades, ricas ou pobres, abre-se uma brecha para repensá-lo. Uma reformulação sobre o trabalho não deve prescindir de uma reflexão sobre a necropolítica, tampouco sobre a conotação histórica da responsabilização das mulheres (e corpos feminizados) pelos cuidados voltados à manutenção da vida e à construção dos laços comunitários.

Numa discussão, datada do século XX, sobre as formas de exploração do trabalho, lê-se que o lucro ou o valor excedente apropriável decorre de uma fração não paga do valor total produzido pelo trabalhador na atividade econômica que desempenha. De maneira geral, este ponto de vista não questiona o conceito econômico de trabalho, nem as técnicas de exploração do trabalho, tomando como algo evidente que o trabalho se refere à atividade econômica desempenhada pública e livremente por um indivíduo (masculino adulto), o qual troca a sua força por um salário. Essa montagem do problema relativo ao trabalho divide a população entre produtiva, dependente ou vulnerável, ignorando, dessa maneira, outras possibilidades de agenciamento disto que chamamos trabalho. Tudo o que está fora da esfera do trabalho formal é classificado e moralizado como não-trabalho, dependência ou vulnerabilidade. No entanto, um dos problemas com esta definição é que ela se mostrou insuficiente para pensar tanto a realidade do mercado de trabalho informal nos países latino-americanos e do sul-global, quanto realidades múltiplas e difusas de trabalho articuladas à problemática da nacionalidade, do gênero e da raça (não só da classe) presentes de modo geral nos países ocidentais. Mas nada disso é por um acaso. Recusar o reconhecimento da economia doméstica e popular como ambientes onde se

desenvolve trabalho não reflete um mero esquecimento ou uma falha da economia e da produção intelectual que quer lançar luz sobre essa esfera. Trata-se de um mecanismo de expropriação que captura um valor apropriável (e interessante ao capitalismo) sem remunerar seus produtores diretos, tais como mulheres e outras minorias. A atividade econômica que acontece neste contexto pode diferenciar-se do emprego formal por uma série de razões. É frequente que se pontue a falta de regulação laboral ou, consequência do anterior, do acesso a benefícios sociais nos empregos sem carteira assinada. Mas quero chamar a atenção para outro aspecto. Quero argumentar que o tipo de exploração do trabalho sob o neoliberalismo é mais bem qualificada como uma operação extrativista, porque ela opera de forma abrangente a mesma lógica de expropriação movida pelo capitalismo contra as minorias. Não se trata de extrair o valor produzido por grupos minoritários, mas de ampliar esse campo vibrátil de expropriação reproduzindo de forma ampliada, para toda a sociedade, as técnicas de submissão que agem sobre estes grupos. A extração é uma modalidade de desposseção própria de uma economia financeirizada, mas que encontra o seu modelo no tipo silencioso da expropriação que recai sobre as minorias.

Assim é que a extração encontra os meios para exaurir a potência vital do indivíduo, não se restringindo, como no passado, à exploração da “força” de trabalho, isto é, à apropriação de uma parcela não paga do trabalho formal, socialmente reconhecido e regulado pelas leis do estado. O que diferencia a extração da exploração fabril é, por um lado, a precarização do trabalho, entendida não só como deterioração das condições do trabalho formal, mas como uma nova modalidade de extração de valor que incide sobre a interseção entre trabalho-não-trabalho, ou seja, uma dimensão invisível do trabalho. A elevação do risco é o que decorre de tudo isso. O risco implica, de um lado, a responsabilização plena do indivíduo pela sua situação no mercado; de outro, a normalização da expropriação em múltiplas instâncias, incluindo o corpo, a subjetividade, o tempo, a paisagem, os afetos, a casa, o lazer, o sexo, enfim, aspectos da vida histórica e deliberadamente afastados do campo de exploração no trabalho. Mulheres, pessoas negras, indígenas, migrantes, trabalhadores informais, prostitutas etc. foram historicamente submetidos a regimes de trabalho extrativistas. Isto significa que a negação do estatuto de trabalhadores que lhes foi imposta, direta ou indiretamente, rendeu ao capitalismo a possibilidade de extração, sem pagamento, do valor produzido por meio das atividades econômicas desempenhadas ou no processo de reprodução social e comunitária.

A formação de um mercado de massas nos países emergentes pela vida da inclusão financeira possibilitou um novo tipo de extração sobre setores antes considerados marginais. Nesse contexto, a dívida pessoal converteu-se numa operação extrativista. A dívida governa, submete o corpo e transforma a

subjetividade porque, numa situação de insolidariedade social, crise do trabalho e salário insuficiente, a dívida sustenta o risco de manter-se vivo, substituindo o dinheiro num cenário de escassez de moedas e abundância de ativos financeiros ou, ainda, num mundo onde a concentração da riqueza deprime o movimento econômico “real”, deslocando o dinamismo dos mercados para a informalidade, ou seja, para uma dimensão invisível da economia. Não é por outra razão que revisar a crítica à economia política de setores sobre os quais o extrativismo financeiro atuou na negação do status de sujeitos de trabalho ganha relevância na conjuntura. A (bio)necropolítica da extração e da dívida atua, nesse sentido, produzindo um constante e inescapável paradoxo: O sistema financeiro e a dívida são tanto fundamentais para a manutenção da vida quanto a atacam. A aquisição de remédios e alimentos, o pagamento de aluguéis, de tarifas e tantas outras obrigações da vida se sustentam no endividamento pessoal enquanto tornam essas mesmas obrigações cada vez mais insustentáveis como efeito do endividamento. A extração e o endividamento se encontram na mesma frequência: são processos globais que atuam no corpo como unidade que faz reverberar para distintas esferas da vida uma política extrativista.

ENCERRAMENTO

Neste texto, propus uma reflexão sobre o entrelaçamento entre a finança, na forma da dívida, e a diferença, como elemento estruturante das novas formas de expropriação do valor no contexto do neoliberalismo contemporâneo. Usei, para isso, a mim mesma e a minha mãe como exemplo. O objetivo foi mostrar a (trans)mutação da dívida e os seus processos de moralização e enredamento na prática, isto é, a partir de um caso concreto. Iniciando por uma narrativa sobre os deslocamentos da dívida, apresentei os seus aspectos bio.necro.políticos, caracterizando-os não só como um conjunto de estímulos que configuram modos de vida e estabelecem as condições nas quais a vida mesma se torna possível, mas também, e conseqüentemente, os casos e situações em que a vida se torna descartável. A doença foi descrita como ativo que tanto abre um campo para o lucro quanto possibilita o extrativismo financeiro. Já o trabalho aparece como um dispositivo de sujeição que, na atual conjuntura, conduz à dívida e favorece a sua proliferação. A difícil organização do capitalismo financeiro nos obriga a pensar novas formas de vida e organização social que sejam capazes de refazer os laços de solidariedade rompidos pela vigilância imperativa e constante da sobrevivência, que muitas vezes chamamos, simplificada e, de individualismo.

REFERÊNCIAS

GAGO, Verónica. *A razão neoliberal: Economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Ed. Elefante, 2018.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

STENGERS, I. (2018). A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)*, (69), 442-464. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p442-464>

NOTAS SOBRE ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS NO BRASIL RECENTE

Paula Marina Sarno¹

MINSKY E A FRAGILIZAÇÃO FINANCEIRA DAS FAMÍLIAS

Hyman Minsky estudou o funcionamento da economia capitalista e desenvolveu uma teoria financeira que oferece uma classificação de diferentes posturas a serem assumidas pelas unidades econômicas, sejam empresas, famílias, etc, e que consistem, basicamente, em diferentes combinações de fluxos financeiros de entradas e saídas de recursos (pagamentos e recebimentos).

Para cada arranjo de pagamentos e recebimentos tipificado por esse autor resulta diferentes graus de exposição a um possível descasamento desses fluxos, a depender, basicamente, dos termos em que a unidade se endividou e dos recursos que tem disponível (renda, reservas líquidas, etc), para honrar os pagamentos do principal e do juros das dívidas contraídas, além das despesas correntes². Quanto maior o grau de exposição a esse descasamento menor a robustez e maior a fragilidade financeira dessa unidade.

Acreditamos que a partir dessa ótica é possível prover uma base para análise das interações entre crescimento econômico e endividamento das famílias e de suas consequências no caso brasileiro recente.

Na economia brasileira processo de crescimento iniciou-se, mais claramente, a partir de 2004, e foi acompanhado de forte expansão do crédito. Na verdade, pode se dizer que essa expansão foi mesmo,

¹ Doutora em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, analista da Comissão de Valores Mobiliários. As opiniões e conclusões externadas no presente artigo são de inteira responsabilidade da autora, não refletindo, necessariamente, o entendimento da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

² Ver Minsky, H.P. 1975. 'Suggestions for a cash flow-oriented bank examination.' In *Proceedings of a Conference on Bank Structure and Competition*, edited by The Federal Reserve Bank of Chicago. Chicago, IL: Federal Reserve Bank of Chicago e Minsky, 2016. *Can 'It' Happen Again? Essays on Instability and Finance*. New York, NY: Routledge.

em grande medida, estimulada pelo crédito, visto que a relação Crédito/PIB da economia sobe de cerca de 35% em 2007 para cerca de 54% em 2015³.

As fases de ascenso do ciclo econômico estão, em geral, acompanhadas por um processo de expansão do nível de endividamento das famílias, empresas etc. Verifica-se, assim, uma propensão a essa expansão pelo lado do prestador e do tomador.

Por parte do credor, o processo de aumento da renda e de redução do nível de incerteza tende a acarretar uma maior inclinação para que se afaste de ativos mais líquidos do seu balanço e disponibilize seus recursos, a fim de viabilizar maiores retornos. O processo recorrente de validação/cumprimento dos contratos de dívida existentes, usual em uma economia em crescimento, confirma a percepção de queda no risco de não pagamento das dívidas, e estimula o prestador a ceder seus recursos.

Do ponto de vista das famílias, a elevação na demanda por crédito ocorre em decorrência da elevação geral dos recursos disponíveis (aumento no nível de emprego, elevação de salários etc.), que permitem, além do aumento do consumo direto imediato, que as famílias alavanquem seus gastos por meio do crédito para um nível além da renda disponível, que não seria possível a partir do nível de renda disponível anterior. Assim, por meio do crédito, é viabilizada a aquisição de bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos, automóveis etc. ou financiada a compra da casa própria. Tal processo de expansão do endividamento tende a ser estimulado também pela perspectiva de valorização dos preços dos ativos reais e financeiros (imóveis, títulos...), em virtude do aquecimento da demanda, que podem ser dados em garantia das dívidas.

No Brasil, a participação do saldo do crédito direcionado a pessoa física em relação ao PIB, que reflete o crédito direcionado as famílias, apresenta uma trajetória predominantemente de expansão no período de maior crescimento da economia, subindo de 16%, em 2007, para 25%, em 2015, e mantendo-se próximo a esse último percentual a partir do início da crise. A relação entre o endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional e à renda acumulada recebida por esse grupo ao longo dos 12 meses anteriores, de acordo com o Banco Central, cresceu de cerca de 20% para aproximadamente 45% em 2015.

O comprometimento médio da renda das famílias com o pagamento do serviço da dívida (amortizações do principal e juros) cresce de um patamar de um pouco mais de 15% em março de 2005 para

³ No texto procurou-se ter como o ano de 2007 como inicial para comparação, especialmente para os indicadores de participação do PIB, tendo em vista que uma nova metodologia foi estabelecida pelo IBGE a partir desse ano.

atingir seu maior valor de um pouco acima de 22% em dezembro de 2011, a partir de então varia entre 20% e 22% , caindo a partir de 2015.

O processo de expansão descrito tanto mais se aprofundará quanto mais forem criados e estimulados mecanismos de endividamento, sejam estes de iniciativa do governo ou do setor privado, voltados ao financiamento de bens específicos ou na forma de empréstimos a serem dispendidos livremente pelo tomador. Como se sabe, a criação de novos mecanismos de crédito e expansão dos já existentes também foi uma característica marcante do processo de expansão econômica recente no Brasil.

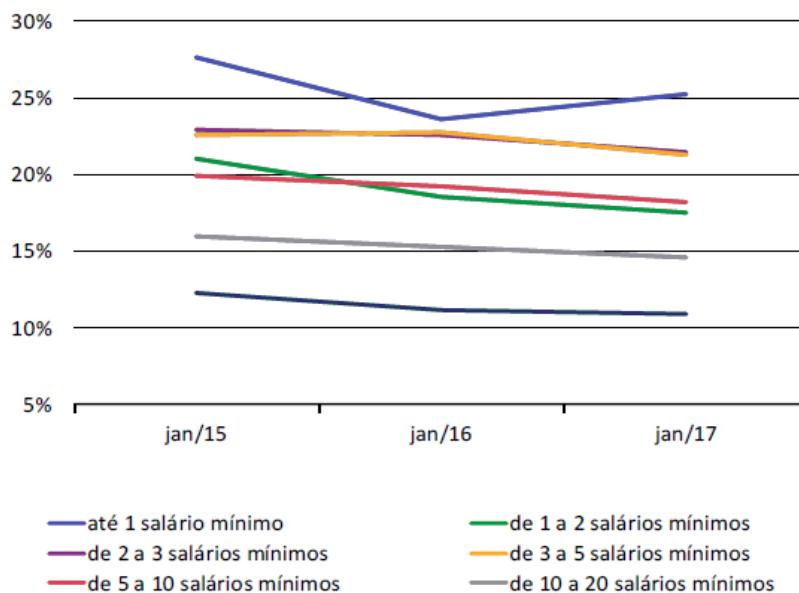
O endividamento é, na verdade, obter recursos no presente em contrapartida a assumir uma promessa de pagamento no futuro. Tal promessa acarreta uma maior exposição das famílias à possibilidade de descasamento do fluxo de pagamentos. No caso em que algo adverso substancial mude no futuro, estarão mais expostos à impossibilidade de pagar os juros ou o principal de suas dívidas, maior, assim, é sua fragilidade financeira. Por isso, na fase de prosperidade, aonde tudo parece ir muito bem, podem estar, justamente, sendo geradas as condições para as possíveis dificuldades futuras⁴.

É verdade que, na fase de descenso do ciclo econômico, as famílias tendem a evitar, sempre que possível, contrair novas dívidas. Ocorre, em geral, uma redução da demanda por crédito, assim como, da oferta de crédito total, porque a tendência é que os tomadores e os emprestadores de recursos assumam uma postura de precaução diante da elevação do risco de não pagamento. As famílias não sabem se conseguirão manter seu nível de renda e nem mesmo seu emprego. A incerteza é reforçada pela queda no preço dos ativos e pela não validação recorrente dos contratos de dívida anteriormente assumidos. Ocorre, assim um processo inverso ao verificado nas fases de expansão.

Para o período de janeiro de 2015 a janeiro de 2017, os dados relativos ao comprometimento da renda com os pagamentos decorrentes das dívidas por faixa salarial (Gráfico 1) demonstram diferença significativas entre os diferentes grupos: em geral, com exceção da faixa de 1 a 2 salário mínimos, quanto mais baixa a faixa salarial maior é o percentual de comprometimento da renda. Cabe observar que o posicionamento relativo das diferentes faixas permanece ao longo do período que representou fase de recrudescimento da crise econômica. Verifica-se, ainda, que o comprometimento da renda das famílias que recebem até 1 salário mínimo, que já apresenta o percentual mais alto, é a única que apresenta um crescimento a partir de 2016.

⁴ Como afirma Minsky (1992:9): “over a protracted period of good times, capitalista economies tend to move from a financial structure dominated by hedge finance units to a structure in which there is large weight to units engaged in speculative and Ponzi finance”.

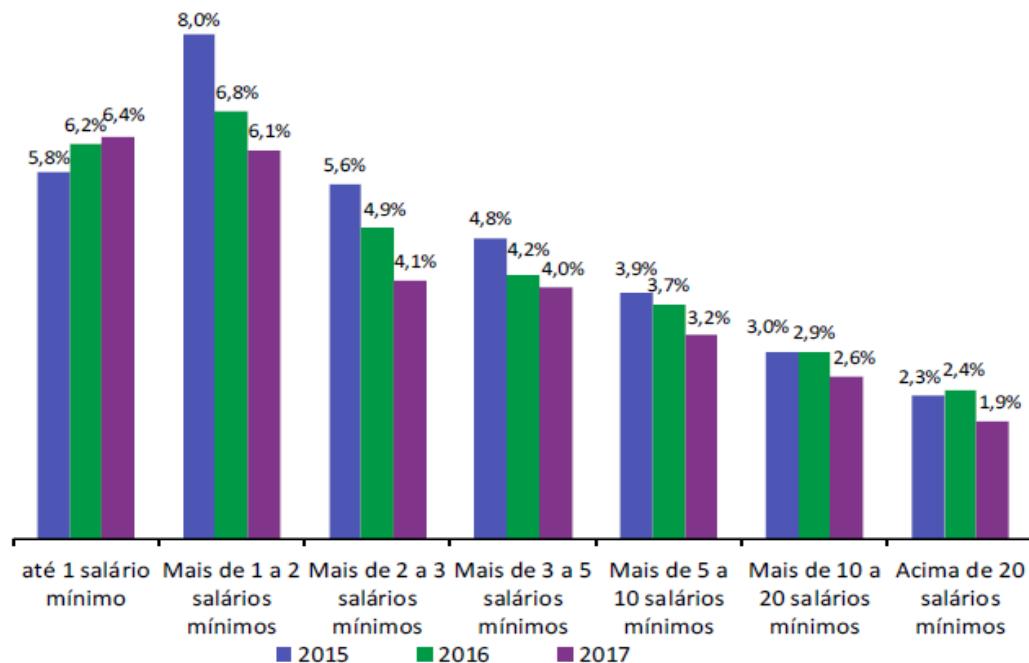
Gráfico 1. Comprometimento da Renda com Serviço da Dívida por Faixa de Renda – janeiro de 2015 a janeiro de 2017



Fonte: BCB

É importante considerar inclusive que um mesmo percentual de comprometimento da renda com serviço da dívida já significaria nível de robustez bem diferentes para as diferentes faixas. Isto porque para as famílias de baixa renda o risco de descasamento dos fluxos de pagamentos e recebimentos é maior. E num quadro de crise econômica, diante da redução dos salários, empregos precários e intermitentes e mesmo desemprego, percebe-se a ocorrência generalizada de um descasamento não previsto do fluxo mensal de receitas das famílias em relação ao seu fluxo de despesas que em parte estarão fortemente definidos pelas exigências de pagamentos decorrentes das dívidas.

Os dados para nível de inadimplência por faixa salarial no período de janeiro de 2015 a janeiro de 2017 também demonstram diferenças substanciais entre as diferentes faixas. As faixas de renda mais baixa apresentam um maior nível de inadimplência.

Gráfico 2 - Inadimplência por faixa de Renda - Janeiro de 2015 a janeiro de 2017

Fonte: BCB

Assim, é importante considerar que, se os efeitos macroeconômicos recessivos citados podem ser sentidos na economia como um todo, o nível de fragilidade financeira das famílias é fortemente condicionado pelo nível de renda que possuem. A redução substancial no comprometimento da renda com os pagamentos decorrentes das dívidas (juros e amortizações) é uma possibilidade menos acessível a determinadas faixas da população: as camadas de mais baixa renda estarão muito provavelmente presas aos compromissos de dívidas assumidos no passado, e, mesmo, expostas à necessidade premente de expandir seu endividamento presente em condições mais adversas. Essa parcela da população não tem reservas nem ativos que lhes permita sair desses contratos e, também, é pequena a capacidade de negociação de suas dívidas. E, diante, da impossibilidade de compatibilizar os fluxos de saída e entrada

de recursos no orçamento familiar, acabará contratando novos endividamentos, em linhas de crédito de caráter mais emergencial e, portanto, de mais curto prazo e mais caras.

Verifica-se, assim, que, com o recrudescimento da crise, a faixa de renda de até 1 salário mínimo não consegue manter uma trajetória de redução do comprometimento de sua renda com as dívidas, que já é elevada (ver Gráfico 1), e, também, é a única faixa que chega a apresentar elevação de seu nível de inadimplência no período de 2015 a 2017 (ver Gráfico 2).

Diante do acima descrito, o que se pode observar para a economia brasileira talvez não traga muita novidade à análise sugerida por Minsky, mas, ao nosso ver, no nosso caso, algumas características se revelam especialmente perversas e preocupantes, como analisaremos a seguir.

O texto foca no endividamento verificado nos anos mais recentes – 2017 e 2018 - das famílias brasileiras nas modalidades de crédito rotativo (cartão de crédito rotativo e cheque especial) e de crédito consignado. As razões para falarmos desses pontos acreditamos ficarão mais evidentes no transcorrer do texto. O artigo aborda, também, os limites do processo de bancarização e a iniciativa do governo federal de bancarização voltada ao universo de mulheres beneficiadas pelo programa Bolsa Família.

CRÉDITO CONSIGNADO

Dentre várias das iniciativas mais recentes de estímulo ao crédito direcionado à pessoa física, destaca-se a criação do crédito consignado. O crédito consignado foi criado por meio da Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003. Consiste na autorização irrevogável de pagamento de prestações relativas à empréstimos e financiamentos por meio de desconto automático em folha de pagamento de aposentadorias e do salário do servidor público que representem até 30% da remuneração líquida e mais 5% para crédito com cartão de crédito. A dívida pode ser parcelada em até 72 vezes, o equivalente a seis anos.

Nessa modalidade são cobradas taxas de juros muito mais baixas que as demais taxas cobradas para pessoa física, o que, nesse caso, pode ser explicado pelo reduzido risco de inadimplência para o banco, além da facilidade que oferecem para o cadastramento do tomador, cujos dados e comprovação de renda já se dá de forma praticamente automática. Em grande medida, esses são os fatores que contribuíram para que a modalidade tivesse ampla aceitação, destacando-se como uma modalidade que possui usuários para praticamente todas as faixas de renda ⁵.

⁵ Ver “Relatório de Cidadania Financeira” – 2018 – Banco Central, p. 33, <https://www.bcb.gov.br/Nor/releidfin/index.html>.

Na fase de crescimento da economia, os números revelam que o crédito consignado ganhou participação no total do crédito livre⁶ concedido à pessoa física: em 2007, representava 22% e, em dezembro de 2015, chega a representar 34%.

O crédito consignado também se caracterizou como uma alternativa de crédito importante quando a economia começou a mostrar sinais de desaceleração, quando as instituições bancárias procuram ser mais seletivas e fortalecer a participação em suas carteiras dos créditos menos arriscados. De fato, os dados demonstram que o crédito consignado continua expandindo sua participação no saldo total do crédito livre⁷ concedido à pessoa física após o início da crise, atingindo 36% em 2016, e se mantém em torno de 35% nos anos seguintes.

Considerando a economia como um todo, verifica-se, do mesmo modo, um crescimento em sua importância no momento de expansão da economia sobe de 2,5% do PIB, em 2007, para 4,5%, em 2015, e um certo crescimento mesmo na fase de descenso, atingindo 4,9%, em 2018. O saldo emprestado totaliza, ao final de 2019, a quantia expressiva de 380 bilhões.

Vale ressaltar, porém, alguns analistas entendem que ⁸, como neste caso o risco de não pagamento da dívida é praticamente zero, as taxas cobradas seriam, na verdade, altas. Isto porque, a taxa média cobrada no consignado total variou aproximadamente de 20 a 24% a.a., ao longo de 2019⁹, enquanto os juros básicos de economia se encontravam em 5%, em outubro de 2019.

Com relação a essa modalidade, o problema mais grave identificado, e veiculado amplamente na imprensa, tem sido o enorme endividamento por parte de aposentados e pensionistas com benefícios de até 2 salários mínimos.

Este nível de endividamento tem sido apontado, em grande parte, como resultado da situação de vulnerabilidade financeira desse grupo, no quadro de crise econômica, e, que frente a queda da renda da família, tem nessa modalidade uma fonte de recurso mais barata e, também influência da propaganda agressiva a que estão submetidos.

⁶ Créditos livres são os que não possuem um direcionamento estipulado por lei como os que são direcionados a obtenção de imóveis ou microcrédito.

⁷ Créditos livres são os que não possuem um direcionamento estipulado por lei como os que são direcionados a obtenção de imóveis ou microcrédito.

⁸ Lavinias, L. et al., “Brasil: Vanguarda da Financeirização entre os Emergentes? Uma Análise Exploratória”. Texto para Discussão no 032/2017, IE – UFRJ.

⁹ Dados Banco Central, séries temporais.

Diante desse quadro, ocorre que o aposentado acaba por utilizar o limite máximo de contratação, e, além da dificuldade em administrar o que muitas vezes consistem em uma série de contratos, pode ver seu salário disponível reduzido, por muitos anos, além do limite que garantiria sua subsistência¹⁰.

Como já havíamos ressaltado, a redução no grau de endividamento não é uma possibilidade acessível a todas as faixas da população. Para as camadas de mais baixa renda, as dívidas de mais longo prazo, como o crédito consignado, não podem ser eliminadas rapidamente e seus pagamentos se estenderão, ainda, por um longo tempo. No caso das camadas de mais baixa renda, a redução em 35% da renda disponível tende a deixar famílias sem recursos para sua subsistência básica e acabe por aprofundar seu nível de endividamento contraindo novas dívidas.

CRÉDITO ROTATIVO: CHEQUE ESPECIAL E CARTÃO DE CRÉDITO ROTATIVO

As modalidades de cartão de crédito rotativo e cheque especial representam volume bem menos significativo do que os saldos emprestados no crédito consignado, mas algumas características importantes se destacam.

O cheque especial é um crédito pré-aprovado, sem garantias, no qual não é preciso assinar um contrato específico, nem negociar condições com o banco, é vinculado a conta corrente bancária e é acionado automaticamente sempre que a conta corrente fica negativa. O pagamento do saldo devedor também se dá de forma automática quando o usuário faz o depósito e cobre a conta que está negativa. Segundo o Banco Central, o cheque especial apresentou um saldo emprestado de R\$ 26 bilhões, em outubro de 2019, e tem apresentado entre 20 e 25 milhões de usuários.

Diferentemente do crédito à vista e do parcelado com o lojista, o crédito vinculado ao cartão de crédito chamado rotativo ocorre quando o usuário não paga o total da fatura do cartão. Nesse caso ele é chamado de regular quando o devedor paga o mínimo e é chamado de não regular quando o devedor não paga nem o mínimo exigido. O saldo emprestado em outubro de 2019 resultava em R\$ 40 bilhões.

Para as modalidades de Cheque Especial e Cartão de Crédito Rotativo, tem chamado a atenção a manutenção, nos últimos anos, de taxas de juros médias significativamente elevadas - de 250% a 300%

¹⁰ Ao final de 2018 o INSS edita instrução normativa que visou criar regras mais rígidas para a oferta, autorização e controle, visando controlar os abusos, inclusive a ocorrência de fraudes.

de juros ao ano - portanto, muito mais elevadas do que a taxa de juros básica da economia - que, como mencionado acima, chegou em outubro de 2019 a 5%, após descrever uma trajetória claramente descendente desde 2017¹¹. Assim, conclui-se que, a redução na taxa de juros básica da economia não tem se refletido em resultados efetivos no crédito oferecido às famílias.

A explicação comumente dada pelas instituições bancárias é de que as altas taxas de juros resultam do alto índice de inadimplência. No entanto, importante destacar que, no caso, por exemplo, do cheque especial, ainda que os volumes concedidos por meio dessa modalidade sejam pouco significativos no total da carteira de créditos concedidos, produziram resultados bem mais expressivos nos resultados financeiros dos bancos¹².

Ademais, dados do Banco Central de 2017 e 2018 que desagregam a participação dos usuários dessas modalidades de crédito por faixa salarial e por situação no mercado de trabalho revelam um quadro bastante perverso. Tais dados devem refletir, em grande medida, o processo recessivo iniciado em 2015.

No caso do cheque especial, pode-se verificar que, em 2018, cerca de 44%, ou seja, praticamente a metade dos usuários possuíam renda até dois salários mínimos. Ademais, verifica-se um elevado nível de recorrência desses créditos, cerca de 50% usaram em 6 dos 12 meses do ano e, aproximadamente 20% dos usuários usaram esses créditos em todos os meses do ano¹³.

Para o crédito do cartão de crédito rotativo, os dados de 2017 apresentados em relatório do Banco Central¹⁴ demonstram que sua utilização ocorre predominantemente entre os usuários situados na faixa salarial da até 2 salários mínimos, sendo praticamente irrisório o número de usuários que utilizam essa modalidade nas demais faixas. O volume emprestado é relativamente significativo, em especial

¹¹ A taxa de juros SELIC que se encontrava em 14,25 %, em outubro de 2016, atingiu 5%, em outubro de 2019.

¹² O “Estudos Especiais do Banco Central no 44/2019” ressalta que “De forma geral, o cheque especial tem participação modesta na carteira de crédito do sistema bancário, com menos de 1% do total, mas foi responsável por aproximadamente 10% da margem de juros líquida de PCLD gerada pela carteira total do sistema bancário”. PCLD = provisão para créditos de liquidação duvidosa. A margem de juros equivale ao resultado dos juros recebidos menos os juros pagos, representando o quanto aquele produto específico, no caso aqui o cheque especial, contribuiu para o resultado de intermediação do sistema bancário.

¹³ Ver “Estudos Especiais do Banco Central no 44/2019” e “Estudos Especiais do Banco Central no 60/2019”. <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/estudos especiais>

¹⁴ Ver “Relatório de Cidadania Financeira” – 2018 – Banco Central, Gráfico 2.1, p.33. <https://www.bcb.gov.br/Nor/relcidfin/index.html>

para os usuários que se encontram na faixa de 1 a 2 salários mínimos, quando comparado às demais formas de endividamento desse grupo¹⁵.

Ademais, verifica-se que, considerando o segmento de cartão de crédito, a participação na utilização do crédito rotativo não regular, que historicamente respondia por taxas ainda mais altas dessa modalidade¹⁶, era maior entre os usuários que se encontravam em situações mais precárias no mercado de trabalho, por exemplo, que foram demitidos ou recebiam bolsa família¹⁷.

Verifica-se que o Banco Central do Brasil, órgão regulador dos bancos, tem tomado algumas medidas que parecem demonstrar um entendimento de que existe, de fato, um abuso na cobrança de juros ocorridas nessas modalidades.

Em 2017 e 2018 o Banco Central edita novas normas¹⁸ visando reduzir os juros cobrados no cartão de crédito rotativo não regular, que como ressaltado se encontrava ainda muito mais alto que os juros cobrados no rotativo regular. No entanto, visto que a modalidade do cartão de crédito rotativo (considerado a taxa média do rotativo regular e não regular) é a modalidade que cobra hoje as taxas de juros mais altas do mercado, não nos parece que as medidas tenham obtido ao fim um resultado muito eficaz.

No final de 2019, o Banco Central tomou nova medida, por meio da Resolução 4.765, de 27 de novembro de 2019, agora voltada à modalidade do cheque especial. Essa norma determina, de maneira inédita, um teto de 8% a.m. para a taxa cobrada nessa modalidade, que equivale a 150% a.a., válida a partir de 6 de janeiro de 2020. A norma também prevê a possibilidade de cobrança pelos bancos de uma tarifa sobre os limites de utilização acima de R\$ 500,00, ao que tudo indica, como uma forma de contrapartida. Não se sabe exatamente como se chegou ao valor específico de 8% a.m., uma taxa ainda certamente bem alta, assim como não é possível ainda dizer ao certo qual será o resultado líquido para os usuários desse novo arranjo. De qualquer forma, o que se tem se verificado ao longo dos anos é uma capacidade dos bancos ajustarem muita rapidamente as receitas de intermediação (juros recebidos menos juros pagos) e as receitas de serviços (tarifas bancárias) de maneira a compensar ou arrefecer os possíveis efeitos de medidas ou pressões que ameacem seus resultados financeiros.

¹⁵ Ver “Relatório de Cidadania Financeira” – 2018 – Banco Central, Gráfico 2.2, p.33. <https://www.bcb.gov.br/Nor/releidfin/index.html>

¹⁶ Por exemplo, em abril de 2018, a taxa de juros do rotativo não regular era de 396,9% a.a. e do regular 238,7% a.a. Dados Banco Central: séries temporais.

¹⁷ Ver “Estudos Especiais do Banco Central no 09/2018”. <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/estudos especiais>

¹⁸ Resoluções no 4.549, de 26 de janeiro de 2017, e Resolução 4655, de 26 de abril de 2018

LIMITES DO PROCESSO DE BANCARIZAÇÃO

Analisou-se acima algumas modalidades de crédito oferecidas pelo sistema bancário, no entanto, há uma parcela não desprezível da população que se encontra desbancarizada, composta pelas pessoas que não possuem conta bancária ou não movimentam a conta a mais de seis meses. Pesquisa estatística realizada em 71 cidades pelo Instituto Locomotiva¹⁹, traz alguns números que permitem entender um pouco o perfil e as motivações dessa população.

Apesar do processo de bancarização ocorrido mais recentemente na esteira inclusive da expansão do crédito, a pesquisa estimou em 45 milhões o número de desbancarizados, que correspondem a 29% da população adulta do Brasil (acima de 18 anos). De acordo com as estimativas da pesquisa, esse grupo movimenta cerca de R\$ 817 bilhões de reais por ano, e volume que circula na forma de papel moeda (“dinheiro vivo”) e, representando, portanto, parcela não desprezível do PIB. A maioria está nas faixas da população de mais baixa renda - 86% classes C, D e E. Muitos deles são ambulantes ou trabalhadores autônomos ou realizam trabalhos esporádicos, 59% são mulheres, 69% são negros ou pardos, 62% moram no interior e 39% moram no nordeste.

Dentre os motivos alegados pelos pesquisados para não utilizar os serviços bancários estão: não confiar nos bancos - 49% (não acham que o seu dinheiro esteja bem guardado em bancos), não ter dinheiro - 31% e preferem receber em dinheiro - 29%. Muitos dentre os pesquisados já foram bancarizados mas não tiveram boa experiência.

Algumas instituições como o IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor - apontam que os bancos não se propõe, na verdade, a dar assistência adequada a essa parcela da população - há dificuldades de lidar com senhas, de operar os caixas, necessidade de mais pessoas no setor de atendimento.

Do ponto de vista das alternativas de crédito utilizadas, de acordo com a pesquisa do Instituto Locomotiva, essa parcela da população costuma: recorrer a empréstimos com familiares - 45%, recurso a empréstimos com amigos - 25%, comprar fiado (pagam no final do mês) - 69% e usar o cartão de crédito emprestado de outra pessoa - 51%. Somente 24% dizem ter recorrido a bancos ou financeiras para obterem financiamento.

¹⁹ Divulgada pela Agência Brasil em 18/08/2019: <https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/um-em-cada-tres-brasileiros-nao-tem-conta-bancaria-diz-pesquisa/>

MULHERES E BANCARIZAÇÃO

O Ministério do Desenvolvimento Social - MDS implementou a partir de 2008 uma estratégia de “inclusão e educação financeira” dos beneficiários do Bolsa Família, em sua grande maioria mulheres. A iniciativa consistiu no estímulo à bancarização dessas mulheres por meio da opção de pagamento do benefício por uma conta simplificada da CEF (“Conta Fácil” - criada em 2008).

Na avaliação apresentada pelo próprio governo, a experiência de bancarização voltada a esse universo, composto majoritariamente de mulheres de baixa renda, resultou na exposição dessa parcela da população a um aprofundamento de suas dificuldades financeiras, acarretando mais prejuízos do que benefícios.

A conclusão apresentada em 2018, pelo MDS foi a de que tal estratégia não foi bem sucedida porque significou para muitas das participantes: endividamento, aquisição de serviços fora de suas necessidades e falta de compreensão (Cadernos de Estudos nº 30 – MDS – 2018)²⁰.

Vale destacar que nem foi muito expressiva a adesão dos beneficiados do Programa à “Conta Fácil” criada em 2008. Essa conta conseguiu responder por apenas 16% dos canais de pagamento do Programa Bolsa Família em 2010 ²¹ .

Ainda assim, alguns dos problemas gerados podem ser constatados pelos dados divulgados pelo Banco Central. Em 2017, 17% dos beneficiados pelo programa Bolsa Família teriam obtido algum tipo de crédito, o que corresponderia a um total de 3,9 milhões de pessoas. Em comparação aos demais indivíduos que compõem o cadastro único, os beneficiados do programa teriam apresentado um maior nível de inadimplência.^{22 23}

²⁰ Após essa primeira experiência, o Ministério do Desenvolvimento Social desenvolveu projeto piloto contendo metodologia totalmente diversa mais focada em atitudes possíveis a serem tomadas pelas mulheres no uso do dinheiro no seu dia-a-dia que resultaram de uma imersão de campo em 14 municípios e 9 estados (Cadernos de Estudos no 30 – MDS – 2018). Não foi possível averiguar se foi mantido o cronograma de implementação desse projeto. O MDS foi extinto sendo suas atividades absorvidas pelo Ministério da Cidadania (junto com os Ministérios da Cultura, do Esporte e parte do Ministério do Trabalho).

²¹ Relatório de Inclusão Financeira – 2011 - Banco Central do Brasil. https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/RIF2011.pdf

²² O cadastro único era gerido originalmente pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e tem como propósito identificar e caracterizar as famílias de baixa renda, sendo por isso um instrumento utilizado para o desenvolvimento de programas sociais.

²³ Os números para a inadimplência do referido estudo consideram somente responsabilidade total superior a R\$ 1.000,00. É provável que ao considerar responsabilidade total superior a R\$ 200,00, a inadimplência seria ainda maior para os beneficiados do Programa Bolsa Família, em decorrência do menor valor desse benefício. Responsabilidade total refere-se a soma da carteira de crédito a vencer, vencidos e registrados como prejuízo

CONCLUSÃO

Verificamos, no Brasil, um processo especialmente perverso na forma de altas taxas de juros cobradas nos créditos rotativos, e comprometimento de parcela expressiva dos rendimentos das famílias de baixa renda, que traz mais empobrecimento ao atingir de forma mais significativa a parcela da população financeiramente mais vulnerável.

A realidade parece apontar para a necessidade de que entendamos que as consequências sobre essas famílias do processo de endividamento demonstram-se desastrosas quando não mais prosperidade houver. Essa parcela da população terá enorme dificuldade para ajustar seus fluxos de pagamentos e recebimentos, dado seu já elevado nível de fragilidade financeira.

A redução significativa do nível de comprometimento da renda com os pagamentos decorrentes das dívidas não é uma possibilidade facilmente acessível a toda a população: as camadas de mais baixa renda estarão presas aos compromissos de dívidas assumidos no passado, e ainda expostas à necessidade premente de expandir seu endividamento presente em condições mais adversas

Nesse sentido, devem ser também motivo de grande preocupação iniciativas que, no contexto presente da economia, visem estimular um aprofundamento ainda maior da dependência das famílias ao endividamento.

Ademais, tendo em vista as experiências negativas aqui ressaltadas, seja tanto no âmbito individual quanto nas que resultaram das iniciativas do governo, é possível entender a existência mesmo de um certo tipo de resistência em utilizar de maneira voluntária os serviços bancários por parte de parcela da população. Isto pode explicar, ao menos em parte, que, diante do processo de bancarização verificado nos últimos anos, haja uma parcela expressiva da economia que continua à margem desse sistema.

Os dados divulgados pela SERASAExperian em abril de 2019 apontaram que o número de consumidores com dívidas em atraso ou negativadas era de 63 milhões, maior número desde 2016, quando iniciaram a série. Tais números incluem as contas com as empresas concessionárias dos serviços de fornecimento de luz, gás e telefonia, além das dívidas contraídas junto ao SFN. Esse montante corresponde a 40% da população adulta do país, inclui metade da população entre 36 e 40 anos e 1/3 da população com mais de 61 anos²⁴.

²⁴ Publicado em 25/04/2019, <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/inadimplencia-atinge-63-milhoes-de-consumidores-em-marco-e-bate-recorde-historico-revela-serasa-experian>; <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-07/inadimplencia-atinge-636-milhoes-de-consumidores-no-primeiro-semester>

Apesar dos recursos liberados do FGTS em 2019, estimados em R\$ 43 bilhões, os resultados positivos esperados das vendas no comércio varejista para o final do ano, apesar de todo o alarde que foi feito, ao final e ao cabo, não se verificaram. Ao nosso ver, tal resultado é um indício muito claro da situação financeira em que se encontram as famílias hoje no nosso país. Acreditamos que esse é um aspecto que, ao que parece, não vai ser possível menosprezar.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Um em cada três brasileiros não tem conta bancária, diz pesquisa. Exame, 18 ago. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/um-em-cada-tres-brasileiros-nao-tem-conta-bancaria-diz-pesquisa/>.

BCB. *Relatório de Inclusão Financeira*. Brasília: BCB, 2011. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/RIF2011.pdf.

BCB. *Relatório de Cidadania Financeira*. Brasília: BCB, 2018a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Nor/relcidfin/index.html>.

BCB. *Estudos Especiais do Banco Central*. Brasília: BCB, N° 08, 2018b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/estudos especiais>.

BCB. *Estudos Especiais do Banco Central*. Brasília: BCB, N° 09 de 2018c. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/estudos especiais>.

BCB. *Estudos Especiais do Banco Central*. Brasília: BCB, N° 44 de 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/estudos especiais>.

CRUZ, Fernanda. Inadimplência atinge 63,6 milhões de consumidores no primeiro semestre. *Agência Brasil*, 16 jul. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-07/inadimplencia-atinge-636-milhoes-de-consumidores-no-primeiro-semester>

LAVINAS, L. et al. Brasil: *Vanguarda da financeirização entre os emergentes?* Uma análise exploratória. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. (Texto para discussão, n. 32).

MDS. *Cadernos de Estudos*. Brasília: MDS, N. 30, 2018.

MINSKY, H. P. *The Financial Instability Hypothesis*, Levy Economics Institute, Working Paper, 74, 1992.

MINSKY, H. P. Suggestions for a cash flow-oriented bank examination. In: CONFERENCE ON BANK STRUCTURE AND COMPETITION. *Proceedings* [...]. Chicago: The Federal Reserve Bank of Chicago, 1975.

MINSKY, H. P. *Can 'It' Happen Again?* Essays on Instability and Finance. New York: Routledge, 2016.

SERASA EXPERIAN. *Inadimplência atinge 63 milhões de consumidores em março e bate recorde histórico, revela Serasa Experian*. São Paulo: Serasa Experian, 25 abr. 2019. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/inadimplencia-atinge-63-milhoes-de-consumidores-em-marco-e-bate-recorde-historico-revela-serasa-experian>.

CRÉDITO, MICROFINANÇAS, ENDIVIDAMENTO E A VULNERABILIDADE DAS MULHERES NO BRASIL ATUAL

Fernando Teixeira¹

Dívidas são umas das mais antigas formas de dominação e controle social. É certo que os meios de oferta de crédito e de contratação de dívida variaram consideravelmente ao longo da história, porém, um traço comum em todos os períodos pode ser interpretado pela relação de submissão ou subordinação entre agentes, o que inclui agentes financeiros e pessoas jurídicas, mas também pessoas físicas. Sendo assim, esse instrumento foi historicamente uma arma de domínio moral entre classes sociais.

Com a evolução do sistema financeiro e o advento das tecnologias, esse domínio ganhou novos contornos, em especial nas últimas décadas. E, como sempre, determinados grupos se encontram mais vulneráveis do que outros. Se esta foi a regra no mundo como um todo, no caso de países com níveis de desenvolvimento mais baixo e grande desigualdade, como o Brasil, o mecanismo da dívida se exacerba e, via de regra, impacta mais as mulheres.

No caso do microcrédito, comumente voltado a substratos sociais de baixa renda que ora precisam de um capital inicial para exercer alguma atividade, ora para o próprio consumo – e com frequência para arcar com compromissos (dívidas) que estão vencendo –, pode-se dizer que vivemos, há pelo menos cinco décadas, diferentes “ondas”.

A premissa liberal em todas essas “ondas” é a de que os sistemas financeiros, ao fornecerem crédito para microempresas e pessoas físicas, gerariam um “círculo virtuoso” ao conseguirem girar a roda da economia dentro das localidades, reduzindo, inclusive, a pobreza. Importante lembrar que, dos muitos programas e experiências já experimentados no mundo, aqueles que tiveram o Estado – via bancos públicos – atuando com planejamento para compreender as necessidades daquelas populações e de que

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Economia pela Universidade Federal Fluminense e membro do Grupo de Pesquisa em Financeirização e Desenvolvimento (FINDE) - <http://financeirizacaoedesenvolvimento.uff.br/>.

maneira os arranjos e organizações poderiam gerar bem-estar e portas de saída foram mais exitosas.

Sendo assim, se a ideologia neoliberal foi capaz de gerar um sem-número de distorções no aspecto macroeconômico, conseguiu também causar estragos no micro, através do incentivo às microfinanças meramente via mecanismos de mercado. Tais mecanismos, dentre outras características, acabam por construir um novo caminho de extração de recursos dos mais pobres e de potenciais instabilidades, com diversos casos no mundo já documentados.

Foi assim que, da última década do século passado em diante, um conjunto de produtos financeiros, incluindo microcrédito, micropoupança, microsseguro, *microleasing*, dentre outros, teria se desenvolvido tanto por dentro do sistema bancário tradicional quanto também via outros agentes financeiros num complexo processo de transmutação.

No pós-crise financeira de 2008, no entanto, os defensores da “inclusão” financeira dos mais pobres deram impulso a uma gama ainda mais completa de serviços financeiros e opções para que os pobres “gerenciassem” sua pobreza. O movimento mais recente, associado às novas tecnologias e à chamada 5ª onda de inovação bancária, inclui tecnologias de intermediação, também conhecidas como *Fintechs* (acrônimo de *Financial Technologies*). A nova roupagem tecnológica “a poucos cliques de distância de qualquer pessoa” torna ainda mais atraente e poderosa a ideia da “financeirização local”. Ademais, influencia a economia de periferias, favelas e localidades pobres em geral e ao mesmo tempo estreita o elo entre essas *Fintechs* e as elites locais, nacionais e internacionais.

O Brasil, curiosamente, foi “cobaia” de programas de microcrédito nos anos 1960, tendo Recife sido escolhido para um programa-piloto na ocasião, e o país novamente parece ser a bola da vez por conta do tamanho de sua população. O processo de desregulamentação financeira ocorrido desde os anos 1970 (que atingiu plenamente os países desenvolvidos nos anos 1980 e chegou à periferia do sistema com força nos anos 1990), catapultado pelas novas tecnologias, vem permitindo se visualizar cada vez com mais clareza como este processo atinge as populações mais pobres. Esse último movimento, que vem ganhando espaço com uma velocidade impressionante no mundo todo, vem também acompanhado de um segundo movimento: o de precarização e desmonte do papel social do Estado.

No caso brasileiro, 2014 talvez seja o ano que marca uma ruptura entre o que já passamos e o que ainda estamos por passar. Desde então, o país atravessou momentos como a eleição e o golpe parlamentar que derrubou a presidente Dilma Rousseff – com o consequente início de uma nova onda de grandes reformas neoliberais (Lei da Terceirização, reforma trabalhista, reforma da previdência e as demais que ainda virão), o aumento vertiginoso do desemprego e da informalidade e, ao mesmo tempo, a

entrada de plataformas eletrônicas no mercado, tendo o telefone celular (*smartphones*) e os aplicativos cada vez mais importância nas intermediações entre as pessoas e o sistema financeiro.

Dito isso, esse texto buscará traçar algumas relações entre essas novas formas de fornecimento de crédito, seu impacto nas populações mais vulneráveis e especialmente nas mulheres, as mais impactadas em todo esse processo.

OS MAIS VULNERÁVEIS NA MIRA DAS MICROFINANÇAS

Dois processos merecem ser entendidos de forma separada para que a análise do endividamento dos mais vulneráveis no período recente possa ser compreendida em sua completude, assim como seus impactos na vida das mulheres.

Se nos anos 2000 ocorreu um grande aumento da bancarização no Brasil, muito por conta da formalização – sem precedentes – do mercado de trabalho, esse processo não é sinônimo de outro fenômeno, o da financeirização, onde famílias são arrastadas para dentro da lógica financeira sem qualquer resguardo. Isso não significa uma defesa *per se* da bancarização, já que, uma vez correntista, os bancos – via de regra – empurram produtos e serviços a taxas extorsivas, mas apenas uma diferenciação que se considera necessária, uma vez que se relaciona a públicos-alvo diferentes quando pensamos em crédito.

Essa distinção se faz importante pois os alvos principais das microfinanças não são os trabalhadores formais (muitos dos quais já têm acesso a determinadas linhas de crédito), mas, sim, os informais, o precariado de forma geral. Atingir essas populações, alijadas de buscar empréstimos convencionais, é o objetivo das novas formas (e plataformas) de concessão de empréstimos e vem causando estragos em diversos países pobres e em desenvolvimento.

Como dito anteriormente, se estas plataformas vêm chegando de forma mais agressiva no mercado brasileiro no último período, o processo e a retórica ideológica em suas defesas não são tão novos assim. Nesse sentido, a defesa de uma maior financeirização local tem como prerrogativa a ideia de “libertação dos pobres” como empreendedores – e sujeitos individuais para escapar da pobreza. Por essa lógica, se todos puderem ter acesso ao crédito e guiar seu próprio destino, serão desenvolvidas engrenagens de crescimento econômico.

Ademais, ao fazê-lo via mecanismos privados, os pobres seriam libertados dos “tentáculos do Estado” e de outras formas de intervenção. Essas ideias antigas, já prescritas em Hayek (1944) e Friedman

(1962), preconizam que o empreendedorismo individual seria “a chave para o desenvolvimento, o crescimento e a liberdade”, ou seja, o capitalismo seria finalmente “levado aos pobres” (BATEMAN, 2020).

Construídas por décadas por organismos multilaterais por meio de seus braços e relações com governos e *think tanks* locais, e tendo ainda agências governamentais, como a Usaid, como grandes propagadoras pelo governo dos EUA, seus apoiadores encontraram no “Banco dos Pobres”, de Muhammad Yunus, o grande chamariz. O agraciamento de Yunus com o Nobel da Paz em 2006 deu ainda mais força a uma série de programas de incentivos para que os países destruíssem o que foi construído no pós-Segunda Guerra Mundial, o que inclui a destruição de sindicatos, programas de bem-estar social, legislação sobre salário mínimo, tributação progressiva, esforços contra evasão fiscal, direitos trabalhistas, dentre outros.

As promessas de que a pobreza seria erradicada em uma geração foi repetida exaustivamente mundo afora. Porém, o que se viu nos anos subsequentes foi que o modelo de desenvolvimento por microcrédito privado tinha diversos problemas. Dentre os diferentes casos estudados na África e na América Latina, foi possível identificar que existiam problemas de deslocamento e de saída para quem contraía crédito dentro das localidades e comunidades mais pobres, além de gerar poucos empregos e declínio na renda média. Os aumentos dramáticos do endividamento individual também destruíram o funcionamento de muitas comunidades com extração do valor de uma população historicamente marginalizada (BATEMAN; BLANKENBURG; KOZUL-WRIGHT, 2019).

No entanto, se programas de microcrédito via agências com presença física (as chamadas financeiras) que concedem crédito dentro das localidades não geraram o prometido, o desenvolvimento das novas tecnologias e das chamadas *Fintechs* acabam por reforçar a retórica e deixar qualquer aquisição de novos empréstimos a poucos cliques de distância de qualquer pessoa. Ademais, a “repaginada tecnológica” trouxe consigo não mais o termo “microcrédito”; em seu lugar, o de “inclusão financeira”, materializado em um conjunto de serviços financeiros disponíveis para os pobres.

O Banco Mundial, em conjunto com a Usaid, mais uma vez capitaneia o processo ao defender que a inclusão financeira permite que as pessoas tomem empréstimos para desenvolver um negócio ou construir um “colchão” para emergências. Segundo seus defensores, ter acesso a serviços financeiros é uma etapa crítica para reduzir a pobreza e a desigualdade, e a difusão de telefones celulares com acesso à internet traz uma oportunidade sem precedentes de usar a tecnologia para alcançar a inclusão financeira universal.

Ainda que todo esse movimento seja relativamente novo no Brasil, ele já atingiu diversos países desenvolvidos e em desenvolvimento desde o início da década. Talvez o caso mais emblemático tenha se

estabelecido no Quênia, onde a empresa M-Pesa, um sistema de transferência de dinheiro e pagamento entre pessoas por um aplicativo de celular (lançado em 2007 com financiamento do governo do Reino Unido) e de propriedade da Safaricom – do Grupo Vodafone –, se tornou extremamente popular no país.

Para defender os efeitos positivos dessa *Fintech* no desenvolvimento local, uma série de estudos foi patrocinada, sendo o mais famoso deles intitulado “Os impactos de longo prazo sobre pobreza e gênero do dinheiro móvel” (tradução própria, Suri e Jack, 2016), que propagandeava que a M-Pesa havia retirado 194 mil famílias da pobreza e contribuído para uma redução de 2% na pobreza do país. Esse e outros estudos foram utilizados para que outras plataformas do tipo se proliferassem pelo mundo, e o próprio Banco Mundial, através de seu “Global Findex 2017”, foi grande difusor da ideia.

Não obstante, alguns autores reexaminaram (BATEMAN; DUVENDACK; LOUBERE, 2019) as bases de dados utilizadas e descobriram recentemente que diversos aspectos relacionados aos benefícios da plataforma M-Pesa eram extremamente discutíveis. Segundo os autores, foram ignorados fatores de saída e deslocamento, sobre endividamento crescente, metodologia de avaliação falha, dentre outros.

Ademais, descobriram que esses estudos haviam sido financiados pelo Financial Sector Deepening (FSD) e pela Gates Foundation, o que seria uma “evidência” do caráter de documento patrocinado, e explicaria a falta de rigor científico encontrada. O intuito, portanto, era gerar um produto que atendesse a objetivos bem específicos, e foi assim que ocorreu.

Para além de criar plataformas altamente lucrativas para seus acionistas, todo esse processo se relaciona a um outro movimento: atrair capital de fundos patrimoniais e fundações de milionários para “ajudar países pobres a reduzirem a pobreza”. É com essa retórica que se “convence” doadores e governos a apoiar tecnologias financeiras como parte de sua política antipobreza. Vale mencionar ainda que muitos autores têm considerado a “mineração digital” utilizada por essas plataformas como substitutos dos antigos modelos de extração de recursos coloniais.

O QUADRO NO BRASIL

Para entender como esse movimento vem ocorrendo no Brasil e compreender seus potenciais impactos, é preciso perpassar outros pontos relacionados ao sistema financeiro do país, as taxas de juros cobradas a pessoas físicas e jurídicas e o aumento vertiginoso das *Fintechs* no país recentemente – dentro de uma agenda de incentivo do Banco Central.

A frase de apresentação da Associação Brasileira de Crédito Digital (ABCD), em estudo em conjunto com a consultoria Price Waterhouse and Coopers (PWC), talvez seja emblemática para ilustrar o que foi citado. Segundo a associação,

Cerca de um terço da população de brasileiros adultos não é atendido pelo sistema bancário tradicional e não tem acesso a crédito. São 45 milhões de pessoas que movimentam mais de R\$ 800 bilhões por ano. Metade delas simplesmente não utiliza bancos para depositar seus recursos. O cenário aponta para a existência de um mercado inexplorado para as *fintechs* de crédito, plataformas on-line não operadas por bancos comerciais tradicionais e que apostam em tecnologia de ponta para facilitar transações de crédito, oferecendo uma experiência de uso inovadora e simplificada. (ABCD, 2019, p. 6).

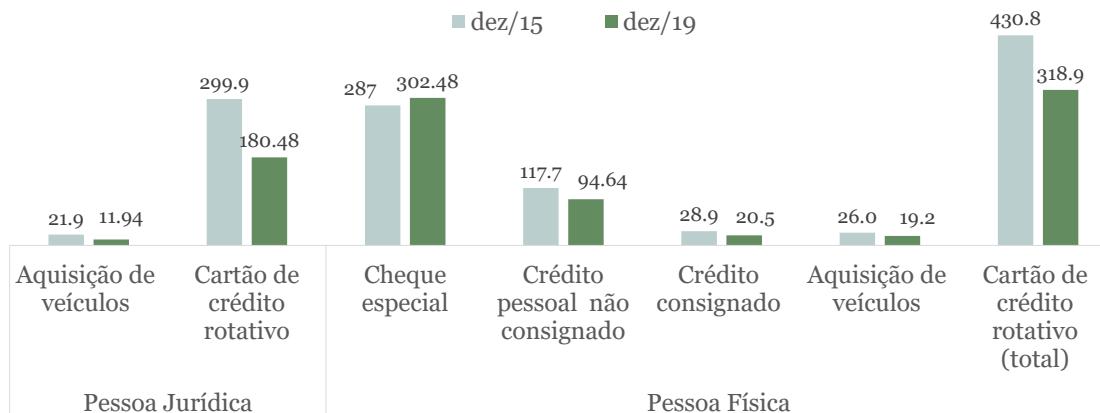
O sistema bancário brasileiro é de fato muito concentrado. Cinco bancos detêm 82% do mercado no Brasil, sendo três privados e dois públicos. Esse oligopólio bancário, segundo o Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), juntamente com a baixa relação crédito/PIB (em torno de 62%) e com a gestão da política monetária brasileira nas últimas décadas (calcada no sistema de metas inflação), coloca os *spreads* bancários no Brasil como o segundo maior do mundo.

O *spread* bancário, de forma bastante simplista, é a diferença entre a taxa de juros de captação e de empréstimos dos bancos. É calculado pela diferença entre a taxa básica (Selic) e a taxa de juros cobrada ao consumidor final. Essas taxas finais, por sua vez, são historicamente abusivas e variam em cada modalidade de crédito. O gráfico a seguir apresenta as principais taxas para pessoa física e jurídica e a evolução entre dezembro de 2015 e dezembro de 2019.

No caso da gestão da política monetária, é preciso compreender que o patamar já extremamente elevado para os chamados juros básicos da economia brasileira, aqueles que remuneram os títulos da dívida pública e acabam servindo de referência para as demais taxas do país, deu forte contribuição para o oligopólio e para que os bancos não se sentissem afeitos a emprestar. Sempre foi mais fácil ganhar dinheiro na tesouraria. Ademais, quando emprestam, o fazem a taxas extorsivas.

Outra peculiaridade é que desde 2016 existe um movimento de retomada do papel dos bancos privados, que hoje já detêm a maior fatia (mais de 50%) do estoque de crédito no Brasil. Por deliberação do Estado brasileiro, nos governos Temer e Bolsonaro os bancos públicos vêm reduzindo sua participação no crédito total, enquanto Itaú, Bradesco e Santander abocanham fatias importantes do mercado. Como consequência, temos que o crédito continua concentrado, caro e cada vez menos pensado como política pública.

GRÁFICO 1. TAXA MÉDIA DE JUROS POR MODALIDADE – PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS – RECURSOS LIVRES (EM % A.A.)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Dieese.

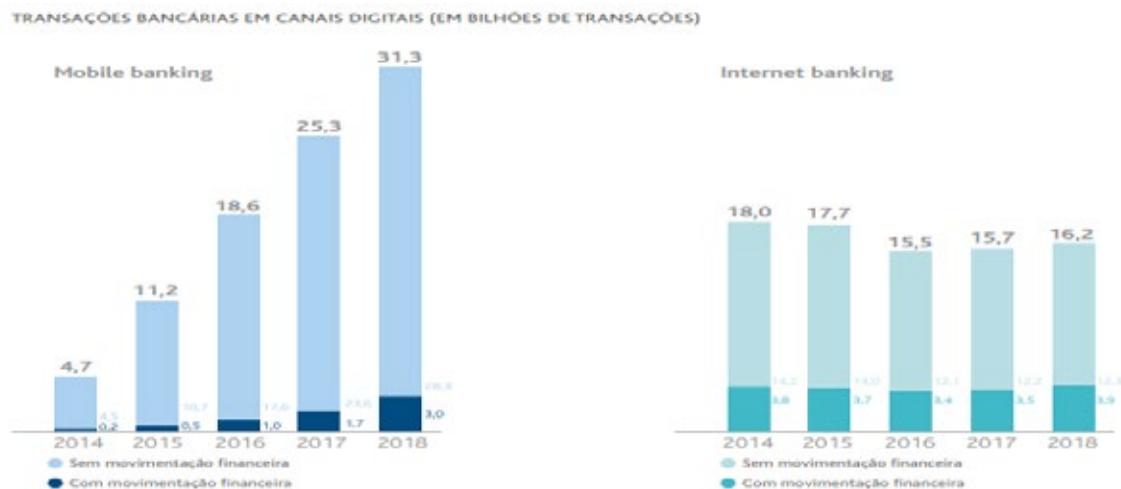
Um sistema com essas características permite que esses bancos aumentem também seus lucros. Em 2019, por exemplo, o montante total dos lucros dos cinco maiores bancos foi de R\$ 108 bilhões, crescimento de 30% em 12 meses, num país onde a economia patina. Neste cenário, os bancos públicos foram os que mais aumentaram seus lucros, vendendo ativos, privatizando subsidiárias, esvaziando o quadro de funcionários, fechando agências físicas e aumentando o número de agências virtuais.

Esse resultado, longe de ser um ponto fora da curva, é recorrente ano após ano no país e, em anos mais recentes, se relaciona não apenas aos fatores acima mencionados, mas também às novas tecnologias incorporadas à relação banco-cliente. Isso porque o setor financeiro é o que mais investe nessas tecnologias no mundo e no Brasil e vem investindo também em *Fintechs* que vêm apresentando crescimento bastante vertiginoso no último período.

Como ilustração para pensar o que vem ocorrendo, temos que o crescimento da relação dos brasileiros via plataformas eletrônicas evidencia o que está acontecendo com o setor como um todo. Os *smartphones* são hoje o grande canal de relação, via aplicativos, ainda com pequenas transações com movimentação de recursos, mas, aos poucos, esse volume também vem crescendo. Os gráficos a seguir

mostram que essas transações, que eram de 4,7 bilhões ao ano em 2014, atingiram 31,3 bilhões em 2018. Ou seja, é por esse canal que a relação tende a se estabelecer daqui para frente.

GRÁFICOS 2 E 3. TRANSAÇÕES BANCÁRIAS EM CANAIS DIGITAIS (EM BILHÕES) – *MOBILE BANKING* E *INTERNET BANKING*



Fonte: Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária 2019

No caso das *Fintechs*, especificamente, o Brasil vem sendo um grande mercado com aprofundamento de entrada de plataformas estrangeiras e novas *fintechs* criadas nos últimos anos. A agenda BC+, do Banco Central, e a criação de entidades jurídicas, como as Sociedades Especiais entre Pessoas (SEP) e a Sociedade de Crédito Direto (SCD), são facetas dessa transformação. Não por acaso, dentro dessa agenda observou-se um exponencial aumento do número de *Fintechs* de crédito com diferentes finalidades no país, principalmente entre 2018 e 2019.

FIGURA 1. *FINTECHS* POR SEGMENTO NO BRASIL (AGOSTO 2015 A MAIO DE 2019)

Fonte: FinTech Mining Report 2019

Soma-se a este fato uma facilitação para a participação de estrangeiros a partir de um decreto presidencial de 2018. Sendo assim, segundo o próprio BC,

Fica dispensada a edição de decretos presidenciais para cada pleito de participação estrangeira no capital dessas instituições, permitindo mais agilidade no ingresso de investimentos estrangeiros nas *fintechs* de crédito, estimulando a entrada de novas instituições no sistema financeiro.

Ainda segundo o Banco Central, “essa medida contribui para o aumento da concorrência e da inovação tecnológica no sistema financeiro”. O argumento da competição, por conta do descrito oligopólio existente no Brasil, faz sentido e cai como uma luva para que essa livre entrada de grupos estrangeiros

seja estimulada. No entanto, o que se vê no mundo é que essas *Fintechs*, menos reguladas, tendem a cobrar juros acima da média e gerar uma perversidade de pequenos empréstimos para pagar os anteriores e nunca permitir que a pessoa saia dessa lógica (FAUX, 2020). Não há razão para acreditar que a lógica no Brasil seria outra.

Atualmente, o que se chama de “refinanciamento” das dívidas já se enquadra como uma das principais demandas por novos créditos no Brasil. Em janeiro de 2020, por exemplo, essa modalidade liderou a lista, seguida de recursos para pagar o cartão de crédito e para o cheque especial (COSSOLINO, 2020). Se todos esses fatores já demonstram como um mercado relativamente regulado funciona de forma perversa, podemos imaginar como será com as inovações das microfinanças arbitrando livremente dentro das localidades.

INFORMALIDADE, MULHERES E REFORMAS

Com os elementos trazidos nas seções anteriores, a pergunta que fica é: quem são os maiores alvos dessas políticas e dessas novas tecnologias de crédito? Não é difícil de responder que são aqueles informais, precarizados, que vivem em regiões alijadas, precisam de recursos extras para sobreviver e, ao mesmo tempo, têm seus *smartphones* e podem facilmente acessar plataformas de crédito virtual.

Enxergar as mulheres nesse quadro tampouco é difícil, mas entender como todas as reformas, assim como a estrutura do mercado de trabalho brasileiro se conforma, pode dar ainda mais clareza a essa afirmação.

Alguns dados podem ser ilustrativos sobre como funciona o mercado de trabalho para as mulheres brasileiras. Alguns deles são traços históricos de uma sociedade que sempre enxergou nas mulheres um papel secundário na sociedade, enquanto outros se relacionam às reformas empreendidas desde 2016 no Brasil e ao governo de plantão.

Segundo o Dieese,

- A taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho gira em torno de 52,7% (dos homens de 71,5%);
- O salário médio das mulheres é de R\$ 1.958, 22% inferior ao dos homens;
- O desemprego médio é maior entre as mulheres (13,1% contra 10,2% dos homens);
- Mesmo entre as mulheres, a dupla discriminação do mercado de trabalho brasileiro evidencia outro problema: o rendimento médio das mulheres brancas é 70,5% maior do que o das mulheres negras;

- 23% das mulheres ocupadas trabalham sem carteira assinada e 24% trabalham por conta própria ou auxiliares da família;
- A aposentadoria média de R\$ 1.707 é, em média, 17% inferior à dos homens;
- A grande maioria das mulheres se aposenta por idade (e não por contribuição) por não conterem registro em carteira. Esse quadro tende a se agravar com a reforma da previdência.

Já a partir destes poucos dados em mãos, fica evidente que as mulheres compõem a população mais vulnerável e com maior participação dentre as 45 milhões de pessoas, alvo das microfinanças no Brasil atual. Não por acaso, o mesmo documento da ABCD (2019) supracitado diz que “as mulheres são desproporcionalmente excluídas do sistema financeiro”. Obviamente que, sendo isso um dado negativo, são essas novas formas de crédito que vão dar-lhes a “liberdade almejada”.

REFLEXÕES FINAIS

O cenário atual vivido no Brasil cria a tempestade perfeita para o endividamento das famílias, tendo as mulheres papel central, o que pode gerar uma crise ainda maior de direitos humanos no país.

Ademais, essas tecnologias pouco reguladas podem se transformar em espaço para lavagem de recursos ilícitos e elisão fiscal. Basta imaginar que igrejas, que não pagam impostos e não declaram o quanto arrecadam, assim como milícias e o tráfico de drogas, movimentam bilhões de reais em áreas pobres das grandes cidades brasileiras. Com a tecnologia em mãos e a anuência do Estado, explorar e extorquir uma população já marginalizada parece ser uma excelente opção.

Uma maior oferta financeira, com a desregulamentação e o aumento da financeirização como instrumentos facilitadores, juntamente com o desmonte do papel social do Estado em garantir direitos econômicos, sociais e culturais básicos, é o que se pinta para o Brasil de 2020 em diante.

As implicações de uma política de endividamento da população calcada no microcrédito privado, fortemente desregulamentada, têm reflexos na saúde, na educação, na habitação, nas práticas de cobrança abusiva. Dentre essas práticas, incluem-se a criminalização de devedores, consumidores ou mesmo dívidas relacionadas à migração e servidão por dívida. Nesse sentido, Milford (2020) salienta que

As violações mais diretas e flagrantes dos direitos humanos sofridas pelos mutuários privados são cometidas no contexto de dívidas individuais e domésticas, particularmente no caso de pessoas e famílias que vivem na pobreza ou marginalizadas, ou naquelas que são forçadas a uma “armadilha da dívida”.

Segundo a UNCTAD, desde a crise de 2008, a intermediação financeira não bancária, ou seja, essa relacionada às novas tecnologias, cresceu duas vezes mais rapidamente que aquelas atreladas a bancos convencionais. Hoje em dia, sua participação é de 48,2% de todos os ativos financeiros no mundo, enquanto bancos comerciais e instituições financeiras públicas são responsáveis por 43,9%.

Se no Brasil esse quadro ainda não se visualiza, é bem possível que ocorra num momento próximo. Ao invés de um “gerenciamento livre da própria vida”, pode ser que nos deparemos com uma crise sem proporções, que fuja a qualquer controle do Estado, sem precedentes históricos em sua forma, número, GÊNERO e grau.

REFERÊNCIAS

- ABCD. A nova fronteira do crédito no Brasil. Pesquisa Fintechs de Crédito 2019. São Paulo: ABCD, London, PWC, 2019.
- BATEMAN, Blankenburg; KOZUL-WRIGHT. *The Rise and Fall of Global Microcredit Development, debt and disillusion*. London: Routledge, 2019.
- BATEMAN, M. *Private debt and human rights*. [S. l.: s. n.], 2020.
- COSSOLINO, Silmara. Para pagar dívidas, consumidores buscam dinheiro emprestado. *Reconta aí*, 26 fev. 2020. Disponível em: <https://recontaai.com.br/2020/02/26/para-pagar-dividas-consumidores-buscam-dinheiro-emprestado-em-janeiro/?fbclid=IwAR3lr0apS4j05GJF99WozOIJd56BxEzgfS2m-PgZlA9YPhwfUSc9sFasOjU>.
- DIEESE. *PEC 06/2019: as mulheres, outra vez, na mira da reforma da Previdência*. Nota Técnica nº 202. São Paulo, 2019.
- DIEESE. *Juros e spread bancários no Brasil: razões estruturais para os patamares elevados*. Nota Técnica nº 208. São Paulo, 2019
- FAUX, Zeke. Tech Startups Are Flooding Kenya With Apps Offering High-Interest Loans. *Blommborg Businessweek*, 12 fev. 2020. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/features/2020-02-12/tech-startups-are-flooding-kenya-with-apps-offering-high-interest-loans>.

IDEIAS E ESTRATÉGIAS PARA PENSARMOS JUNTAS

Rede de Gênero e Comércio

O neoliberalismo, tal como vem funcionando, precisa do endividamento dos Estados (macro) e das pessoas (micro). É assim porque o motor dessas economias são as atividades financeiras, ao mesmo tempo em que a atividade econômica produtiva, o real motor de crescimento, vem sendo freada. Uma economia baseada na atividade financeira não precisa de fábricas, oficinas, atividade agropecuária etc. Os postos de trabalho vão se reduzindo, e o salário real dos trabalhadores(as) cai, como vem acontecendo nos países da América do Sul.

Que relação podemos estabelecer, então, entre os endividamentos macro e micro? Se o Estado se endivida principalmente permitindo a fuga de dólares e tenta diminuir o *déficit* público (investindo cada vez menos em saúde, educação e em promover o trabalho) para pagar os crescentes juros das dívidas contraídas, o que aumenta é o desemprego e a queda do salário real de trabalhadoras e trabalhadores. E assim chega um momento em que as famílias não têm renda suficiente para a reprodução de suas vidas e precisam se endividar para cobrir as necessidades básicas.

O setor financeiro se aproveita dessa necessidade, encontrando um espaço muito rentável na oferta de empréstimos aos pobres, em particular às mulheres, que são as principais responsáveis pela sobrevivência familiar. Cabe destacar que os bancos e agências de crédito consideram que as mulheres são as melhores pagadoras, como o demonstra a experiência internacional. E se aproveitam duplamente ao tratar com um setor subordinado para impor condições abusivas que lhes rendem um superlucro.

REFLEXÃO COLETIVA ACERCA DAS DÍVIDAS E COMO ENCARÁ-LAS

Doze frases que escutamos com frequência

Para pensar em grupo: Verdadeiro? Falso? Depende?

1. Se você vai pedir emprestado, tem que saber como vai devolver, senão não peça.
2. As dívidas são um assunto privado do qual não se fala.
3. Se você pede emprestado, é porque não foi capaz de ganhar o suficiente com o seu trabalho.
4. É uma vergonha ter uma dívida que você não pode pagar.
5. As mulheres são as melhores pagadoras.
6. É preciso trabalhar em qualquer coisa e fazer os esforços que sejam necessários: o importante é pagar a dívida.
7. Quando nos emprestam dinheiro, estão nos fazendo um favor.
8. Quando não é possível pagar, é melhor conversar sinceramente com o prestamista.
9. É possível chegar a um acordo equilibrado e justo entre o devedor e o credor.
10. Os prestamistas arriscam seu capital, e é justo que cobrem por isso.
11. Quando há inflação, é preciso conviver com altas taxas de juros.
12. Aumentam as cotas dos empréstimos, mas também aumentam os salários.

O QUE ACONTECERIA SE AS MULHERES...

- ... entendessem que esse não é um problema privado e começarem a pensar no endividamento como um problema social, coletivo, que está afetando muita gente?
- ... relacionassem o fechamento de fábricas, comércios, negócios e a desocupação com o endividamento das famílias?
- ... relacionassem o desemprego e as novas formas de trabalho precarizado com o ânimo de lucro e a concentração cada vez mais indecente da riqueza?
- ... relacionassem também a violência contra as mulheres nos lares, nas ruas e nos trabalhos com a exploração financeira e com o peso da dívida para a subsistência?
- ... relacionassem os efeitos do endividamento para o sustento cotidiano com o patriarcado, essa antiga lógica de subordinação das mulheres?

E, finalmente...

- Que tal se começarmos a falar das dívidas: Por que nos vemos obrigadas a pedir emprestado? Quem se beneficia mais com o empréstimo? Como as condições de devolução são negociadas? Quem as impõe? Que diz a letra miúda dos contratos?
- Se olharmos para trás na história e nos perguntarmos se sempre foi assim, desde que nos lembramos? Quais são as políticas (ou a falta delas) que levam as pessoas, as mulheres, a não terem dinheiro para chegar ao final do mês com as necessidades mais básicas garantidas? E quais organizações e movimentos sociais poderiam frear os abusos de empresas e governos?
- E se muita gente, muitas organizações sociais, partidos políticos decidissem se rebelar e declarar uma desobediência financeira?
- Qual é a relação entre as dívidas que nós temos e a dívida do país? Entre o endividamento popular e o nacional?

Realização:



Apoio:

